

Diário do Legislativo de 28/05/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolo Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA

(PSDB/PDT/PTB/PPS/PRTB E PSB):

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira (PPS); Gustavo Valadares (PRTB) e Arlen Santiago (PTB)

2) LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes (PC do B) e Maria Tereza Lara (PT)

3) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Deputados Jayro Lessa e Alberto Bejani

4) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

5) LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

6) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Bonifácio Mourão (PSDB); José Milton (PL), Paulo Piau (PP)

7) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

8) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Domingos Sávio

Deputado BPSB Vice-Presidente
Dalmo Ribeiro Silva

Deputado BPSP
Carlos Pimenta

Deputado PMDB
Leonardo Quintão

Deputada Jô Bloco PT/PCdoB
Moraes

Deputado PMDB
Chico Rafael

Deputado Dinis PL
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da BPSP
Silveira Jr.

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Ermano BPSP
Batista

Deputado João Bittar PL

Deputado Roberto Bloco PT/PCdoB
Carvalho

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Leonardo PL
Moreira

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente
Bittar

Deputado PMDB Vice-Presidente
Gilberto Abramo

Deputado Zé BPSP
Maia

Deputada Cecília Ferramenta Bloco PT/PCdo B

Deputado Olinto Godinho BPS

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ribeiro Silva Dalmo BPS

Deputado Henrique José PMDB

Deputada Ana Maria BPS

Deputado Quintão André Bloco PT/PCdoB

Deputado Fábio Avelar BPS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL Presidente

Deputado Durval Ângelo Bloco PT/PCdo B Vice-Presidente

Deputado Gustavo Valadares BPS

Deputado Ermano Batista BPS

Deputado Paulo Piau PP

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Leonardo Moreira PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ribeiro Silva Dalmo BPS

Deputado Prado Weliton Bloco PT/PCdoB

Deputado Martini Miguel BPS

Deputado Zé Maia BPS

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dinis PL
Pinheiro

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR EDO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia BPSP Presidente
Pacífico

Deputada Vanessa Lucas BPSP Vice-Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputada Maria Tereza Lara Bloco
PT/PCdoB

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio Avelar BPSP

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado Antônio PL
Genaro

Deputada Jô Moraes Bloco PT/PCdoB

Deputado Chico Rafael PMDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo Bloco Presidente
PT/PCdoB

Deputado Roberto Ramos PL Vice-Presidente

Deputado Mauro Lobo BPSP

Deputado Roberto Carvalho Bloco PT/PCdoB

Deputado Célio Moreira PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Campos Marília Bloco PT/PCdoB

Deputado Bejani Alberto PL

Deputado Sawan Fahim BPSP

Deputado Duarte Ricardo Bloco PT/PCdoB

Deputado Ferrotaco Sidinho do PL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes PMDB Presidente

Deputada Maria Ana BPSP Vice-Presidente

Deputado Dalmo Ribeiro BPSP

Deputado Weliton Prado Bloco PT/PCdoB

Deputado Leonídio Bouças BPSP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PMDB

Deputado Valadares Gustavo BPSP

Deputado Bejani Alberto PL

Deputada Lara Maria Tereza Bloco PT/PCdoB

Deputado Santiago Arlen BPSP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Ermano Batista

Deputado Jayro PL Vice-Presidente
Lessa

Deputado BPSB
Sebastião
Helvécio

Deputado Irani PL
Barbosa

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Chico Bloco
Simões PT/PCdo
B

Deputado José PMDB
Henrique

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSB

Deputado José Milton PL

Deputado Mauro Lobo BPSB

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Rogério Bloco PT/PCdoB
Correia

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Bloco Presidente
José Haueisen PT/PCdoB

Deputado BPSB Vice-Presidente
Doutor Ronaldo

Deputado PL
Márcio Passos

Deputado José PL
Milton

Deputado Fábio BPSP
Avelar

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdoB
Augusto

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado Elmiro PFL
Nascimento

Deputado Sidinho do PL
Ferrotaco

Deputada Lúcia BPSP
Pacífico

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PFL Presidente
Doutor Viana

Deputado Padre Bloco Vice-Presidente
João PT/PCdoB

Deputado Luiz BPSP
Humberto
Carneiro

Deputado BPSP
Alencar da
Silveira Jr.

Deputado PMDB
Gilberto
Abramo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputada Maria José Bloco PT/PCdoB
Haueisen

Deputada Ana Maria BPSP

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Bonifácio BPSP
Mourão

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria BPSB Presidente
Olívia

Deputado PL Vice-Presidente
Antônio Genaro

Deputado BPSB
Doutor Ronaldo

Deputado BPSB
Djalma Diniz

Deputado Bloco
Laudelino PT/PCdoB
Augusto

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Alencar da BPSB
Silveira Jr.

Deputado Fahim BPSB
Sawan

Deputado Durval Bloco PT/PCdoB
Ângelo

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bloco Presidente
Ricardo Duarte PT/PCdoB

Deputado BPSB Vice-Presidente
Fahim Sawan

Deputado BPSB
Neider Moreira

Deputado PFL
Doutor Viana

Deputado João PL
Bittar

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Bloco PT/PCdoB
Simões

Deputado Doutor BPSB
Ronaldo

Deputado Carlos BPSB
Pimenta

Deputado Alberto PL
Bejani

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - segundas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Sargento
Rodrigues

Deputado PL Vice-Presidente
Alberto Bejani

Deputado BPSB
Olinto Godinho

Deputado Bloco
Rogério Correia PT/PCdoB

Deputado PL
Leonardo
Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSB

Deputado Roberto PL
Ramos

Deputado Arlen BPSB
Santiago

Deputado Biel Rocha Bloco PT/PCdoB

Deputado Célio PL
Moreira

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio PL Presidente
Moreira

Deputada Bloco Vice-Presidente
Marília Campos PT/PCdoB

Deputado Ana BPSB
Maria

Deputado PP
Pinduca
Ferreira

Deputado Bloco
André Quintão PT/PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jayro PL
Lessa

Deputado Padre João Bloco PT/PCdoB

Deputado Paulo BPSB
Cesar

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputada Maria José Bloco PT/PCdoB
Haueisen

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputado PMDB Vice-Presidente
Adalclever Lopes

Deputado BPSB
Djalma Diniz

Deputado Bloco
Laudelino PT/PCdoB
Augusto

Deputado PL
Sidinho do
Ferrotaco

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Paulo Cesar BPSB

Deputada Cecília Bloco PT/PCdoB
Ferramenta

Deputado Célio PL
Moreira

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José PMDB Presidente
Henrique

Deputado Elmiro PFL Vice-Presidente
Nascimento

Deputado Paulo BPSP
Cesar

Deputado Biel Bloco
Rocha PT/PCdoB

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado Gustavo BPSP
Valadares

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdoB
Augusto

Deputado Arlen Santiago BPSP

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATAS

2.1 - Reunião de Debates

2.2 - 24ª Reunião Extraordinária

2.3 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

* Adalclever Lopes

Adelmo Carneiro Leão (PT)

* Adelmo Carneiro Leão

Alberto Pinto Coelho Júnior (PP)

* Alberto Pinto Coelho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Jr.

Ana Maria Resende Vieira (PSDB)

*Ana Maria

André Quintão Silva (PT)

*André Quintão

Antônio Carlos Doorgal de Andrada (PSDB)

* Antônio Carlos Andrada

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)

* Antônio Andrade

Antônio Genaro Oliveira (PL)

* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

* Antônio Júlio

Arlen de Paulo Santiago Filho (BPSP)

* Arlen Santiago

Carlos Alberto Bejani (PL)

* Alberto Bejani

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

* Carlos Pimenta

Célio de Cássio Moreira (PL)

* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)

* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (BPSP)

* Dilzon Melo

Dimas Fabiano Toledo Junior (PP)

* Dimas Fabiano

Dinis Antônio Pinheiro (PL)

* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PSDB)

* Djalma Diniz

Domingos Sávio (PSDB)

* Domingos Sávio

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Elmiro Nascimento (PFL)

* Elmiro Nascimento

Ermano Batista Filho (PSDB)

* Ermano Batista

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (BPSP)

* Fábio Avelar

Fahim Miguel Sawan (PSDB)

* Fahim Sawan

Francisco de Assis Simões Thomaz (PT)

* Chico Simões

Francisco Rafael Gonçalves (PMDB)

* Chico Rafael

Gabriel dos Santos Rocha (PT)

* Biel Rocha

George Hilton dos Santos Cecílio (PL)

* Pastor George

Gilberto Aparecido Abramo (PMDB)

* Gilberto Abramo

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PP)

* Gil Pereira

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (PRTB)

* Gustavo Valadares

Irani Vieira Barbosa (PL)

* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

* Ivair Nogueira

Jayro Luiz Lessa (PL)

* Jayro Lessa

João Bittar Júnior (PL)

* João Bittar

João Carlos Siqueira (PT)

* Padre João

José Alves Viana (PFL)

* Doutor Viana

José Bonifácio Mourão (PSDB)

* Bonifácio Mourão

José de Freitas Maia (PSDB)

* Zé Maia

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

* José Henrique

José Miguel Martini (PSB)

* Miguel Martini

José Milton de Carvalho Rocha (PL)

* José Milton

Laudelino Augusto dos Santos Azevedo (PT)

* Laudelino Augusto

Leonardo Fernandes Moreira (PL)

* Leonardo Moreira

Leonardo Lemos Barros Quintão (PMDB)

* Leonardo Quintão

Leonídio Henrique Corrêa Bouças (BPSP)

* Leonídio Bouças

Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem (BPSP)

* Lúcia Pacífico

Luiz Fernando Ramos Faria (PSDB)

* Luiz Fernando Faria

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

*Luiz Humberto Carneiro

Márcio Almeida Passos (PL)

* Márcio Passos

Maria Cecília Ferreira Delfino (PT)

* Cecília Ferramenta

Maria do Socorro Jô Moraes Vieira (PC do B)

* Jô Moraes

Maria José Haueisen Freire (PT)

* Maria José Haueisen

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

* Maria Olívia

Maria Tereza Lara (PT)

* Maria Tereza Lara

Marília Aparecida Campos (PT)

* Marília Campos

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

* Mauri Torres

Mauro Lobo Martins Júnior (PSB)

* Mauro Lobo

Neider Moreira de Faria (PPS)

* Neider Moreira

Olinto Dias Godinho (PSDB)

* Olinto Godinho

Paulo César de Freitas (PRTB)

* Paulo Cesar

Paulo Piau Nogueira (PP)

* Paulo Piau

Pedro Ivo Ferreira Caminhas (PP)

* Pinduca Ferreira

Rêmoló Aloise (PL)

* Rêmoló Aloise

Ricardo Duarte (PT)

* Ricardo Duarte

Roberto Francisco Ramos (PL)

* Roberto Ramos

Roberto Vieira de Carvalho (PT)

* Roberto Carvalho

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

* Rogério Correia

Ronaldo João da Silva (PDT)

* Doutor Ronaldo

Sebastião Helvécio Ramos de Castro (PDT)

* Sebastião Helvécio

Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)

* Sebastião Navarro Vieira

Sidney Antônio de Sousa (PL)

* Sidinho do Ferrotaco

Vanessa de Oliveira Dias (PSDB)

* Vanessa Lucas

Wanderley Geraldo de Ávila (PPS)

* Wanderley Ávila

Washington Fernando Rodrigues (PDT)

* Sargento Rodrigues

Weliton Fernandes Prado (PT)

* Weliton Prado

Em 27/5/2003

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES, EM 26/5/2003

Presidência do Deputado Laudelino Augusto

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Bonifácio Mourão - Célio Moreira - Dimas Fabiano - Doutor Viana - Gustavo Valadares - Laudelino Augusto - Sebastião Helvécio.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Laudelino Augusto) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 27, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 21/5/2003

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Votação de Requerimentos: Requerimento nº 205/2003; aprovação - Requerimento nº 207/2003; discurso do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; aprovação - Requerimento nº 243/2003; votação do requerimento, salvo emenda; aprovação; questão de ordem; leitura e votação da Emenda nº 1; aprovação - Requerimento nº 256/2003; aprovação com a Emenda nº 1 - Requerimento nº 278/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Requerimento nº 314/2003; votação do requerimento, salvo emenda; aprovação; questão de ordem; leitura e votação da Emenda nº 1; aprovação - Requerimento nº 318/2003; aprovação com a Emenda nº 1 - Requerimento nº 367/2003; votação do requerimento, salvo emenda; aprovação;

questão de ordem; leitura e votação da Emenda nº 1; aprovação - Requerimento nº 373/2003; votação do requerimento, salvo emenda; aprovação; questão de ordem; leitura e votação da Emenda nº 1; aprovação - Requerimento nº 378/2003; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 683/2003; discurso do Deputado Chico Simões; apresentação das Emendas nºs 2 a 5; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; aprovação do requerimento; votação do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação da Emenda nº 1; aprovação; questão de ordem; leitura e votação das Emendas nºs 2 a 5; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 9/2003; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rômulo Aloise - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George - Adalclever Lopes - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Chico Simões - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Marília Campos - Mauro Lobo - Miguel Martini - Neider Moreira - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sebastião Helvécio - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento nº 205/2003, do Deputado Leonardo Quintão, em que pede sejam solicitadas ao Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes informações sobre o Programa de Proteção à Testemunha - Pro-Vita -, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 207/2003, do Deputado Leonardo Quintão, em que pede sejam solicitadas ao Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes informações sobre os recursos destinados às entidades carentes, de assistência social, filantrópicas e de interesse público, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - O Deputado Leonardo Quintão tem razão em seu Requerimento nº 207/2003, pois pretende trazer para esta Assembléia informações detalhadas, particularmente o planejamento da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes para o ano de 2003. Precisamos acompanhar o desenrolar e, especialmente, a distribuição dos recursos, conforme consta em sua justificativa.

Hoje, na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, aprovamos o requerimento do Deputado Leonardo Quintão, em que pede seja solicitado à Presidente da FAPEMIG incentivo à pesquisa. Aproveito para cumprimentá-lo. Na mesma esteira, outro requerimento, desta vez do Deputado Weliton Prado, pela revisão orçamentária em favor da FAPEMIG. Por fim, o requerimento do Deputado Biel Rocha pede seja solicitada, também ao Governador, a garantia dos repasses à Fundação.

Aproveito este momento, de tanta importância para Minas Gerais, para dizer que hoje, por meio do Decreto nº 43.333, o Governador Aécio Neves abriu um crédito especial de R\$2.200.347,47 para a área de ciência e tecnologia. Desde quando o Deputado Mauro Lobo esteve à frente da Secretaria de Ciência e Tecnologia, estamos buscando recursos para a FAPEMIG. Fizemos inúmeras audiências, juntamente com o Deputado Paulo Piau e o ex-Deputado Sebastião Costa, para tentar resolver o problema. A partir dessa Comissão foram feitas solicitações ao Governador Itamar Franco, para o repasse de 1%, da emenda constitucional, já garantida em favor da ciência e da tecnologia. Lamentavelmente, não conseguimos isso no ano passado. Graças à iniciativa do Governador, do caríssimo Secretário Anastasia e do Secretário da Fazenda, conseguimos, por meio do apelo feito pela Assembléia Legislativa e pela equipe da FAPEMIG, a liberação desse crédito especial. Sabemos do trabalho dos pesquisadores. Isso foi garantido pelo zelo e credibilidade de cada um. Estavam faltando condições financeiras para sustentar esses importantes projetos, que, com certeza, beneficiarão o trabalho de pesquisa científica em nosso Estado. Aproveito para saudar e agradecer ao Governador Aécio Neves pela visão extraordinária que teve, ao abrir esse crédito especial. Com certeza, contemplará o trabalho da ciência, da pesquisa, da tecnologia do Estado. Parabéns à FAPEMIG. Tenho certeza de que nossa Comissão de Ciência e Tecnologia acompanhará o andamento de todos os projetos que garantirão o progresso da ciência e da pesquisa em Minas. Fica registrada a nossa saudação, nosso agradecimento. É importante mostrar aos pesquisadores e ao mundo científico que o Governador atendeu ao apelo, entendeu que sem isso não teremos como avançar no mundo globalizado. É motivo de satisfação esse registro. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 243/2003, da Comissão de Segurança Pública, em que pede seja solicitado ao Secretário da Fazenda o envio a esta Casa de documentos relativos à arrecadação e à aplicação das taxas destinadas à segurança pública nos exercícios financeiros de 2001 e 2002, especificando as execuções orçamentárias respectivas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Poderia ler a Emenda nº 1?

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 1.

O Sr. Secretário (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - "Emenda nº 1. Suprimam-se do corpo da proposição os seguintes termos: Sr. Fuad Jorge Noman Filho. Sala das Reuniões, 13 de maio de 2003".

Gostaria de saber se o Deputado Rogério Correia está satisfeito com a explicação, porque trata do nome do Sr. Fuad, que V. Exa. designou como Secretário da Fazenda.

O Deputado Rogério Correia - Estou satisfeito não com o Secretário da Fazenda, mas com a emenda proposta.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 243/2003 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 256/2003, da Comissão de Direitos Humanos, em que pede sejam solicitadas ao Sr. Alan de Freitas Passos, legista do Instituto Médico-Legal, informações sobre o número de ossadas não identificadas sob a guarda desse instituto, bem como sobre a coleta de material e a realização de exames de DNA para identificá-las. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 256/2003 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 278/2003, do Deputado Chico Simões, em que pede sejam solicitadas ao Presidente da CEMIG informações sobre o processo que visa à desativação de agências de atendimento da empresa em diversos municípios do interior do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 278/2003 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 314/2003, do Deputado Ricardo Duarte, em que pede sejam solicitadas ao Governador do Estado informações sobre as propostas do atual Governo para a UEMG, em especial quanto à aplicação de recursos financeiros, e a relação das fundações agregadas com a implantação da Universidade. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicito a leitura da Emenda nº 1.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 1.

O Sr. Secretário - (- Lê:) "Emenda nº 1. Substitua-se, no texto, a expressão 'Excelentíssimo Senhor Governador Aécio Neves', por 'Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG'."

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 314/2003 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 318/2003, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando à Corregedoria de Polícia Civil informações sobre a apuração de denúncias recebidas pela Ouvidoria de Polícia, quanto à prática de tortura e ao abuso de autoridade por parte do Delegado titular da Delegacia de Polícia de São Gonçalo do Sapucaí e demais policiais civis lotados naquela Delegacia, bem como na cadeia pública de Três Corações. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 318/2003 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 367/2003, da Comissão de Turismo, solicitando ao Presidente da Fundação João Pinheiro o envio a esta Casa dos documentos pertinentes às denúncias apresentadas em reunião dessa Comissão sobre possíveis danos ao potencial turístico de Coronel Fabriciano. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Questão de Ordem

O Deputado Chico Simões - Por favor, Sr. Presidente, peço que seja feita a leitura da emenda.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 1.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - (- Lê:) "Emenda nº 1 - Substitua-se, no requerimento, a expressão 'Presidente da Fundação João Pinheiro' por 'Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM'."

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 318/2003 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 373/2003, da Comissão de Saúde, solicitando ao Secretário da Saúde informações sobre a regularização do pagamento dos

prestadores de serviços médicos de alta complexidade, que tiveram seus recursos reduzidos devido à suspensão do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação pelo atual Governo Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicito, por gentileza, a leitura da emenda.

O Sr. Presidente - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 1.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - (- Lê:) "Emenda nº 1 - Suprima-se, no corpo do requerimento o nome do 'Sr. Marcus Vinícius Caetano Pestana Silva'."

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 373/2003 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 378/2003, do Deputado Dinis Pinheiro, solicitando ao Comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais informações sobre o não-atendimento a vítimas de afogamento na Lagoa da PETROBRAS, localizada no Município de Ibitiré. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 378/2003 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante da pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 683/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre o Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Para discutir, com a palavra, o Deputado Chico Simões.

O Deputado Chico Simões - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, esse projeto foi proposto pela Mesa. Durante a semana, fomos procurados por uma comissão de funcionários que expressou a sua apreensão quanto à regulamentação de alguns artigos, quanto ao destino que realmente será dado a esses recursos.

Diante disso procuramos o Presidente desta Casa, que nos recebeu prontamente, e tivemos a oportunidade de discutir o melhor encaminhamento e aprimorar a proposta feita pela Mesa.

Essa discussão teve a participação dos representantes da Assembléia, dos assessores da Mesa e do Presidente. Propusemos, salvo engano, quatro ou cinco emendas, que, se não todas, pelo menos grande parte delas foi aceita pela Mesa e faz parte do projeto que discutimos hoje.

O projeto tem esses acréscimos propostos pelo conjunto dos servidores e tenho a certeza de que a Mesa atendeu aos seus anseios, sem abrir mão da sua autoridade de gerenciar o Fundo, mas principalmente democratizando esta administração e, principalmente, tornando-a transparente para o conjunto dos servidores. Esse projeto deve atender a ambas as partes. Deixo nossa satisfação por ter tido a compreensão da Mesa.

- Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 683/2003

EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 3º do projeto a seguinte redação:

"Art. 3º - Constituem recursos do FUNDHAB:

I - as dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Estado ou em créditos adicionais;

II - os recursos resultantes das contribuições dos beneficiários titulares do Fundo e, especificamente, destinados à prestação do benefício da assistência complementar;

III - os recursos resultante do pagamento de juros compensatórios, no percentual de 8% (oito por cento), incidentes sobre o valor do primeiro empréstimo habitacional, que são descontados quando da liberação de cada parcela do empréstimo;

IV - os recursos resultantes da aplicação de juros compensatórios de 12% (doze por cento) ao ano sobre o valor do segundo empréstimo habitacional;

V - os recursos provenientes de amortizações dos empréstimos habitacionais concedidos;

VI - os recursos oriundos de aplicações financeiras;

VII - os recursos oriundos de transferência da Assembléia Legislativa.

§ 1º - Os valores das contribuições a que se refere o inciso II deste artigo serão fixados em deliberação da Mesa da Assembléia, facultado o uso de critério que considere a faixa etária dos beneficiários.

§ 2º - A Assembléia Legislativa participará das contribuições de que trata o parágrafo anterior, na forma de regulamento próprio, podendo fazê-lo consoante o padrão de vencimento do beneficiário titular.

§ 3º - Na hipótese de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro do Fundo na prestação da assistência complementar, o valor da contribuição do beneficiário e da Assembléia poderá ser recalculado em vista do rateio de despesas excedentes à receita de contribuições, nos termos de regulamento da Assembléia Legislativa, desde que publicada previamente em veículo de divulgação da Assembléia a prestação de contas comprobatória da necessidade de recálculo, observado o disposto no § 1º do art. 5º desta lei.

§ 4º - A inadimplência do beneficiário em relação às suas contribuições, no âmbito da assistência complementar, implicará a exclusão do beneficiário titular e de seus dependentes, nos termos de regulamento da Assembléia Legislativa.

§ 5º - Será objeto de regulamento da Assembléia o estabelecimento de prazos de carência de contribuição para que o servidor possa usufruir os benefícios no âmbito do plano de autogestão."

Sala das Reuniões, de de 2003.

Adelmo Carneiro Leão

Justificação: A emenda apresentada visa dar maior transparência à gestão do Fundo, de modo a atender ao princípio constitucional da publicidade, uma vez que assegura a publicidade da prestação de contas que comprova a necessidade de recálculo das contribuições na hipótese de desequilíbrio econômico-financeiro do Fundo. Visa ainda adequar o texto da proposição à melhor técnica legislativa.

EMENDA Nº 3

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Aplicam-se a todos os beneficiários de que trata o art. 29 da Deliberação nº 1.864, de 31 de março de 2000, as mesmas regras referentes à contribuição para o custeio da assistência complementar e ao reembolso de despesas, vedado qualquer tratamento diferenciado entre os beneficiários de que tratam os incisos I a VI do art. 29 da Deliberação nº 1.864, de 31 de março de 2000, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 3º desta lei."

Sala das Reuniões, de de 2003.

Adelmo Carneiro Leão

Justificação: A emenda apresentada visa atender ao princípio constitucional da igualdade, uma vez que determina que se apliquem a todos os beneficiários de que trata o art. 29 da Deliberação nº 1.864, de 31/3/2000, as mesmas regras referentes à contribuição para o custeio da assistência complementar e ao reembolso de despesas, vedado qualquer tratamento diferenciado entre os beneficiários de que tratam os incisos I a VI do art. 29 da Deliberação nº 1.864, de 31/3/2000, e observada a faculdade de uso de critério que considere a faixa etária dos beneficiários para fins de fixação dos valores das suas contribuições e ainda a faculdade de a contribuição a cargo da Assembléia ser variável consoante o padrão de vencimento do beneficiário titular.

EMENDA Nº 4

Acrescenta-se onde convier:

"Art.- O grupo coordenador do FUNDHAB, responsável pelo apoio operacional do Fundo, será definido em regulamento da Assembléia, obedecido o disposto no parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar nº 29, de 26 de julho de 1993, e garantida a participação dos representantes dos servidores ativos e inativos com atuação junto ao Conselho de Administração de Pessoal da Assembléia Legislativa, do Diretor de Administração e Recursos Humanos, dos Gerentes-Gerais de Administração de Pessoal e de Finanças e Contabilidade e de um servidor da Coordenação de Saúde e Assistência."

Sala das Reuniões, de de 2003.

Adelmo Carneiro Leão

Justificação: A emenda apresentada visa adequar o projeto de lei em epígrafe ao parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar nº 29, de 26/7/93, uma vez que o citado dispositivo legal determina que o grupo coordenador de fundo da administração da Assembléia Legislativa deve ser presidido por um membro da Mesa, por esta anualmente designado, vedada a recondução, e integrado, no mínimo, pelo Diretor do órgão de planejamento desta Assembléia e por um representante da diretoria do Fundo.

EMENDA Nº 5

Acrescente-se onde convier:

"Art. - A Mesa da Assembléia fará publicar, trimestralmente, em veículo de divulgação interna da Assembléia, a prestação de contas da utilização dos recursos das contas a que se refere o § 2º do art. 5º desta lei."

Sala das Reuniões, de de 2003.

Adelmo Carneiro Leão

Justificação: A emenda apresentada visa dar maior transparência à gestão do Fundo, de modo a atender ao princípio constitucional da publicidade, uma vez que determina que a Mesa da Assembléia fará publicar, trimestralmente, em veículo de divulgação interna da Assembléia, a prestação de contas da utilização dos recursos das contas do FUNDHAB.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto quatro emendas do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que receberam os nºs de 2 a 5, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, as emendas serão submetidas a votação independente de parecer. Vem à Mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando a votação em bloco das Emendas nºs 2 a 5. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

Questão de Ordem

O Deputado Leonardo Quintão - Sr. Presidente, solicito a leitura das Emendas nºs 2 a 5.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura das Emendas nºs 2 a 5.

O Sr. Secretário - (- Lê as Emendas nºs 2 a 5, que estão publicadas acima.)

O Sr. Presidente - Em votação, as Emendas nºs 2 a 5. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 683/2003 na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nº 1 a 5. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 9/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados nos contratos de serviços terceirizados e fornecimento em que participa a administração pública do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, inscrevi-me para discutir o projeto de lei do Deputado Leonardo Quintão e, em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo, porque terá um projeto aprovado em 1º turno. Pelo que pude apurar, há consenso em torno desse projeto. Há uma série de recomendações com relação a esses procedimentos. É uma preocupação importante com os serviços de terceiros prestados ao Estado, em especial para que as empresas respeitem o que nos é fundamental. Portanto, o órgão responsável pela contratação, o Estado, deve acompanhar e fiscalizar tudo o que está estatuído nessa lei. Se comprovado o descumprimento das obrigações, será feita a retenção das parcelas referentes à inadimplência, até que a empresa contratada prove que regularizou o pagamento das obrigações correspondentes.

Então, parabeno o Deputado Leonardo Quintão por sua iniciativa. As Bancadas do PT e do PC do B são favoráveis ao projeto. Mas V. Exa. se preocupa com os serviços terceirizados, e não poderíamos deixar de nos lembrar do "pacote" remetido pelo Governador Aécio Neves a esta Casa. Ele nos preocupa porque pode desorganizar o Estado. Infelizmente, essa será a sua consequência.

O Deputado Domingos Sávio não tem gostado muito quando nos referimos ao projeto de lei do Governador Aécio Neves como "pacote". Mas "pacote" é o meio carinhoso que encontramos para nos referir àqueles projetos que se encontram empacotados, encaixotados, sem nenhuma discussão. O pacote será aberto, e, aí, sim, vamos esmiuçar o que está lá dentro. Agora, que conseguimos abrir esse pacote, começo a dar razão ao Deputado Domingos Sávio: "pacote" não é o termo adequado para esses projetos, porque significa algo fechado, que não conhecemos. Depois que conseguimos abri-lo, descobrimos que o Deputado Domingos Sávio tem razão. Eu diria que ele se assemelha mais a um "saco de maldades". À medida que vamos descobrindo cada projeto, vamos descobrindo maldades para com o servidor público e concluímos que o termo "pacote" talvez não faça justiça ao "saco de maldades" enviado pelo Governador do Estado a esta egrégia Casa Legislativa.

Antes de iniciar meu raciocínio, como democrata que sou, passo a palavra ao meu amigo Deputado Alencar da Silveira Jr., para que possa fazer suas observações.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Deputado Rogério Correia, V. Exa. subiu à tribuna para discutir o projeto do Deputado Leonardo Quintão e não estou vendo nenhum pacote aqui. V. Exa. não está discutindo o tema sobre o qual pediu espaço para falar. V. Exa. está embrulhando os Deputados desta Casa, dizendo que vai discutir o projeto do Deputado Leonardo Quintão. Esse projeto dispõe sobre os procedimentos a serem observados nos contratos de serviços terceirizados e fornecimento em que participa a administração pública do Estado de Minas Gerais. É aí que vem o pacote? Não estou entendendo, Deputado Rogério Correia. Será que é o mesmo pacote que foi feito com o funcionário público da cidade de Ipatinga pelo Prefeito Chico Ferramenta? Deu um bom resultado lá. Será que o resultado aqui será o mesmo? Ou será o mesmo pacote do Lula lá em Brasília? É isso que não estou conseguindo entender. Estou preocupado com a sua fala e, como V. Exa. tem um raciocínio brilhante, gostaria que pedisse ao Presidente que passasse seu tempo para a próxima reunião, porque não temos Deputados suficientes em Plenário para ouvi-lo. Seria bom se tivéssemos o Plenário repleto e um cenário preparado para empacotar o pacote de V. Exa., apesar de termos aqui Deputados como o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que vale por 20, o Deputado Irani Barbosa, que vale por 30, os Deputados Rêmo Aloise e Adalclever Lopes. Então, peça ao Presidente que transfira seu tempo para a próxima reunião. O Presidente disse que temos de nos ater ao tema do projeto em discussão, e estou achando que V. Exa. está tentando nos embrulhar usando o tempo para discutir outro tema. Vamos ter muito tempo para discutir e dar sugestões sobre o projeto do Governador Aécio Neves, que vai resolver o problema do Estado como resolveu o problema de Ipatinga na administração do partido de V. Exa., que também fez ali uma grande reforma administrativa.

O Deputado Rogério Correia - Agradeço ao Deputado Alencar da Silveira Júnior, a quem responderei posteriormente.

O Deputado André Quintão (em aparte) *- Parabeno V. Exa. pela discussão do projeto do Deputado Leonardo Quintão, que trata da prestação de serviços e do estabelecimento de garantias aos trabalhadores de Minas. Portanto, refere-se ao tema da reforma, objeto de propaganda veiculada nos meios de comunicação nos últimos dias. V. Exa. discute exatamente a questão da reforma estadual.

O Deputado Alencar da Silveira citou a experiência de Ipatinga. Outros citaram, hoje, a de Belo Horizonte. Votamos pelo fim do apostilamento na Capital e votaremos matéria contendo o mesmo assunto aqui, desde que seja feita juntamente com o plano de carreira da saúde e da educação, e ficando a avaliação de desempenho vinculada à carreira. Os sindicatos defendem o fim desse direito, desde que haja mecanismo compensatório. O apostilamento não é a forma mais adequada de promover o estímulo e a valorização dos servidores públicos. Administrada pelo PT, a Prefeitura de Belo Horizonte, antes do término do apostilamento, aprovou plano de carreira dos funcionários das áreas da saúde e da educação em 1996, da fiscalização das atividades em vias urbanas e da fiscalização fazendária. Portanto, há uma "overdose" de planos de

carreira. A regra de transição deixou em aberto a possibilidade de apostilamento para os servidores ocupantes de cargos em comissão. O prazo estipulado pelo Governador vai até dezembro de 2003. Imaginem a situação de quem completará o tempo em janeiro, fevereiro ou março! Em Belo Horizonte esse direito foi extinto, mas a expectativa do servidor que ocupava o cargo não acabou. Essa reforma proposta é muito importante e precisa ser discutida no seu todo, não se emendando uma coisa aqui e outra ali. Queremos debater o assunto na íntegra. A realização de seminário com a participação das lideranças sindicais, como foi sugerido pelo PT, contribuirá para isso. Faço um desafio: votaremos o fim do apostilamento e do trintenário desde que, no mesmo dia, façamos uma apreciação democrática, com as galerias cheias, aplaudidos pelos servidores e pelo cidadão mineiro, que contará com serviço público valorizado pelo plano de carreira. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Agradeço ao Deputado André Quintão e concedo aparte ao Deputado Chico Simões. Depois, Deputado Alencar da Silveira Jr., concederei a palavra a V. Exa., que, creio, após as explanações, dará um voto favorável aos funcionários públicos.

O Deputado Chico Simões (em aparte) *- Muito obrigado, companheiro Rogério. Está na hora de discutirmos esse "pacote" proposto pelo Governador Aécio, o qual é muito profundo. Mexe com a vida do servidor e de todos os mineiros. Temos de aproveitar todos os espaços porque ainda é cedo. Temos muito tempo para discuti-lo, pena que a bancada governista não esteja aqui para discuti-lo conosco. Só está aqui a Bancada do PT, é claro que com as raras e honrosas exceções de dois ou três Deputados. Na verdade deveriam estar aqui as Lideranças. Não podemos perder oportunidades de discutir o "pacote" porque esse é o nosso papel. Ficarmos aqui sentados cobrando atitudes que não temos condições de resolver é enganar nosso eleitor. Nossa finalidade é discutir algo que vamos deliberar, e esta Casa deveria estar repleta, porque estamos aqui hoje discutindo algo que vai mexer na estrutura do Estado, na vida de cada trabalhador do Estado e, principalmente, nas políticas que o Estado será obrigado a implementar. Percebemos aqui uma minoria representante do Governo querendo comparar o "pacote" do Aécio com a administração do PT. É querer confundir gato com lebre, avestruz com peru. Não tem nada que ver uma coisa com a outra. Vão a Ipatinga, onde fizemos uma reforma administrativa, para verem a qualidade de vida das pessoas que vivem naquela cidade. Vamos ver a qualidade de vida do povo do Estado de Minas nas ações essenciais que o Estado deve implementar. Vamos ver se existe segurança nos municípios. Querem que os municípios assumam uma responsabilidade do Estado. Se o Estado tivesse com seus serviços públicos maravilhosamente bons, poderia estar cortando gastos. Como sabemos que isso não é verdade, conforme disse o Deputado Rogério Correia, trata-se de um saco de maldades, de perversidade contra o povo mineiro. Podemos ver a qualidade de vida do povo de Ipatinga, como são os prédios escolares, como é a cidade como um todo em termos de segurança, limpeza urbana, infra-estrutura. Talvez o Alencar não saiba, mas é uma das poucas cidades do Estado de Minas Gerais e uma das poucas da América do Sul que tem o esgoto tratado. E este Estado? Qual é a política do Estado que contempla o cidadão mineiro? Não conheço uma. E vem agora com cortes e mais cortes. Em Coronel Fabriciano, uma cidade pobre onde fui Prefeito, fiz também uma reforma, mas não criei mecanismos para expulsar o cidadão ou para terem de trabalhar puxando o saco do Prefeito ou do seu chefe superior. Dei uma carreira para que o cidadão que presta serviço público possa fazê-lo com dignidade, perseverança, independência e autonomia, simplesmente cumprindo seu papel pago pela sociedade. O que o Governador está querendo é colocar uma legião de funcionários à mercê do seu chefe, para puxar saco e lamber as botas do seu chefe como a única maneira de conseguir uma ascensão ou de se manter trabalhando com um salário de fome pago pelo Estado. Imaginem vocês, Sr. Presidente, companheiro Dalmo, Alencar, companheiros do PT, como será a vida das pessoas dessas cidadezinhas do interior, com um chefe imediato exigindo dos funcionários que façam milagres, porque o Estado, muitas vezes, não dá estrutura para a pessoa trabalhar! Não dá para misturar uma coisa com a outra. Não dá para aceitar essa mudança, esse pacotão. Não quero dizer no sentido pejorativo. É como bem definiu o companheiro Rogério: chegou uma caixa-preta, que estamos abrindo agora e que a cada momento nos surpreende pelo tamanho e pelo teor da maldade. Gostaria que estivesse aqui neste momento o Líder do PSDB, Deputado Antônio Carlos Andrada, que falou durante meia hora hoje à tarde. Quando começou a falar sobre os contratos temporários e da CLT, falou com uma veemência tão grande que meus olhos chegaram a encher de água de dó dos trabalhadores. Pensei: como é bom esse Governo e esse Deputado, que só querem o bem para os servidores. Diz que o contrato temporário é uma precariedade - com o que eu concordo, pois não se tem direito a nada - e que o Governador está mandando sua proposta de contrato pela CLT para dar garantias, um caráter temporário para aqueles que são contratados temporariamente.

Dizia e transmitia pela TV Assembléia que essa medida, de caráter temporário, é para dar dignidade e acabar com os contratos, porque não dão garantia. Mas não falou a verdade. Isso é grave. Temos de discutir com base na verdade. Vamos ganhar a opinião pública sem enganar o povo. O art. 3º do projeto dos servidores públicos é muito claro ao dispor sobre a contratação pela CLT. O contrato pela CLT não será temporário, mas sim indeterminado, podendo ser rescindido unilateralmente, com prerrogativas definidas por quem detém o poder. Isso não é brincadeira. Discutir idéias e apresentar convicções é democrático. Quando não se fala a verdade, deixa-se de cumprir seu papel, e o debate não se torna ético nem correto.

Parabenizo o companheiro Rogério Correia ao falar sobre o pacote. O projeto do Leonardo Quintão refere-se à terceirização. O Estado não quer dar aos trabalhadores estaduais o que o Leonardo oferece aos trabalhadores terceirizados. Continuaremos o debate, e a verdade virá à tona. As pessoas não devem ser enganadas com a tática do PSDB de vender gato por lebre. Apresenta um discurso maravilhoso, mas uma prática nefasta, arrasando o País e o Estado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Chico Simões. Concedo aparte ao Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita aos Deputados que se atenham à matéria constante na pauta, de acordo com o art. 159 do Regimento Interno. A matéria em discussão é o Projeto de Lei nº 9/2003.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Agradeço ao Deputado Rogério Correia. Antigamente, a transmissão das nossas reuniões pela TV Assembléia não era ao vivo. Falo a todos os Presidentes que a TV Assembléia, criada por mim, tem de chegar a todos os grotões. É maldade o telespectador ouvir o Chico Simões dizer que a bancada do Governo não quer participar de debates. Sabemos que não estamos discutindo o pacote, o embrulho ou o projeto sério do Governador Aécio Neves.

Estamos discutindo o projeto do Deputado Leonardo Quintão, logo age desta forma para que o telespectador, para quem está na galeria, entenda que o pessoal do Governo fugiu, ficando apenas o Deputado Alencar da Silveira Jr., o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Deputado Sávio Souza Cruz, o Deputado Alberto Bejani e o Deputado Leonardo Quintão. A Bancada do PT não está aqui para discutir o projeto do Governo, mas para acompanhar uma reunião extraordinária, em que estamos debatendo. Isso é maldade do Deputado Chico Simões.

Ao dizer que o telespectador está vendo, que o Governo está fazendo errado, porque o Deputado do PT está falando - ele sempre tem razão, é o dono da verdade -, o telespectador pensará que não queremos discutir. V. Exa sabe que não estamos aqui para discutir. A partir de hoje, pela maldade usada pelo Deputado Chico Simões, o Presidente deverá tomar uma atitude, como ocorreu outras vezes. Vamos discutir, por exemplo, o Projeto de Lei nº 9/2003, do Deputado Leonardo Quintão. Então, que se atenha a esse tema. Se todo projeto virar assunto sobre o projeto do Governador não dá.

Chico Ferramenta, como foi dito, melhorou o saneamento básico em Ipatinga. Melhorou, sim, está de parabéns. Acabou com a folha de pagamento, reduzindo-a de 74% para 54%. Fez milagre? Ao se falar de plano de carreira, por que o partido de V.Exa. não faz o da administração? É lógico que precisamos discutir, mas na hora certa. Peço aos Sr. Presidente, aos Deputados e aos telespectadores uma política séria. Quem subir para falar de qualquer projeto, que se atenha a ele, caso contrário esta Casa não andar. Deputado Rogério Correia, a opinião pública cobra posições desta Casa. Se pegarmos 15 Deputados do PT mais a Deputada Jô Moraes, que faz oposição, não agüentaremos. Se for para discutir o tema dos projetos, tudo bem. Se for para chegar e massacrar, dizendo para a opinião pública que o Governador está errado? O que a administração do PT fez em vários Estados? V. Exa., a partir da maldade feita com os companheiros ausentes, deve tomar uma posição. Para não falar que a Bancada do Governo está saindo, que não está participando, que o Deputado suba na tribuna e se atenha ao tema. Não adianta entrar no projeto do Deputado Leonardo Quintão e mudar de assunto. V.Exa. é experiente e sabe que, se se deixar, daqui a

pouco não discutiremos mais nada, apenas a reforma do Governador. E mais, ainda haverá um Deputado do PT que chegará para dizer que deseja discutir, porque são os donos da verdade. A Bancada do Governo está aqui, o companheiro Deputado Chico Simões que me respeite, mas sua fala foi uma maldade.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado pelo aparte.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Não há quórum para continuar a reunião.

O Deputado Rogério Correia - Depois poderemos discutir o Regimento Interno. Entretanto, é evidente que, como estou na tribuna, a questão de quórum deve ser vista após o término da minha fala. V. Exa. e o Deputado Alberto Bejani questionaram sobre isso, mas sabem.

Discuto apenas o projeto do Deputado Leonardo Quintão. Fiz um desvio do assunto, embora no mesmo rumo. É como um transatlântico que não pode dar um cavalo de pau no oceano e também não pode acelerar no mesmo rumo, como ocorre aqui. Lembrei-me do pacote do Governador, que, aliás, já não pode ser chamado de pacote, a pedido do Deputado Domingos Sávio.

O Sr. Presidente - Gostaria que V. Exa. se ativesse ao projeto em discussão.

O Deputado Rogério Correia - Vou me ater, apenas me lembrei do pacote ou "saco de maldades" devido ao serviço terceirizado, que é a preocupação do Deputado Leonardo Quintão. Isso é justo porque as firmas terceirizadas têm sido usadas, não apenas nos Governos em que fomos Oposição, mas também nos nossos. Nós, do PT, somos críticos disso. Creio que o PC do B tem críticas ao processo de terceirização também. Buscamos ter uma outra relação com o Estado. O Deputado Leonardo Quintão lembra bem: fui autor de lei parecida com essa, como Vereador de Belo Horizonte, que determinava punições às empresas terceirizadas que não cumpriam os compromissos, os objetivos postos, com os trabalhadores e com os serviços públicos. Tem a preocupação de evitar que os trabalhadores sejam explorados por firmas terceirizadas e o Estado nada possa fazer. O objetivo do Deputado Leonardo Quintão tem o nosso apoio porque é justo. Tenho a preocupação, por isso falava do pacote, de como será a forma de organizar o Estado. Por isso disse que as coisas se ligam. A forma de organizar o Estado não pode ser essa proposta, em que concursos para o Estado serão feitos para o quadro permanente por celetistas. Essa não é a solução para se barrar o problema da terceirização. O projeto vai apontar restrições às firmas que terceirizam, diante de um fato que ocorre. O projeto que vem dentro do "saco de maldades" do Governador Aécio Neves vai tratar o problema dos terceirizados de outra forma, equivocada, de fazer concurso público, contratando pela CLT por tempo indeterminado. Não é aquilo que o próprio Governador disse e que é a mesma preocupação do Deputado Leonardo Quintão, ou seja, sobre aqueles que precisam ser contratados temporariamente para fazer um serviço, por isso não podem ser servidores do Estado. Essa é uma discussão. Como serão contratados? Concordo que esses sejam pela CLT. É melhor do que por firma terceirizada. Sob esse aspecto, se o Governador quiser remeter um projeto que diga "aqueles serviços postos na Constituição", hoje exercidos por terceirizados, função temporária, serão contratados por CLT, terá nosso apoio. Pela CLT, pelo Estado, serão muito mais respeitados do que por firmas terceirizadas. Esta é a preocupação do Deputado Leonardo Quintão. Mas não é esse o projeto do Governador. Por isso o Deputado Chico Simões falou bem, criticando o Deputado Antônio Carlos Andrada, porque se partiu do pressuposto de que esse projeto seria para contratação temporária. O projeto é claro, é contratação por tempo indeterminado, pela CLT. O Governador deve estar imbuído das melhores intenções, junto com Anastasia e Danilo de Castro, que de forma alguma fazem isso por maldade. Outro qualquer poderia, em vez de abrir o concurso de professores, que teriam estabilidade, contratar por concurso público, por tempo indeterminado, pela CLT, desorganizando o Estado como um todo. Nesse sentido, é incorreto esse projeto.

É incorreto também que, aproveitando o quadro de instabilidade que se promoveria através disso, possa-se avaliar, semestralmente, para efeito de demissão, os funcionários públicos; desde já cria, portanto, como existe hoje, um terror no interior do serviço público. Os professores, Sr. Presidente, estão aterrorizados nas escolas, os médicos nos hospitais, e assim por diante. Cria-se um clima de terror que não vejo no serviço público, Deputada Maria José Hauelsen, desde a época do ex-Governador Newton Cardoso, com algo como agora está nesse projeto aqui enviado.

Nos quartéis, nas casernas, os policiais militares - o Deputado Sargento Rodrigues sabe muito bem disso - estão completamente assustados. Prometem se organizar. É correto que se organizem, mesmo que a Constituição não lhes permita o direito à greve. Organizam-se, assustados, como estiveram à época do ex-Governador Eduardo Azeredo, o que significou para o Estado de Minas Gerais um enorme problema.

Portanto, Deputado Leonardo Quintão, V. Exa. tem razão em se preocupar com o quadro organizacional do Estado.

Ora, o Governador diz que não temos dinheiro, que a dívida é de 1,4 bilhão, e somos tão corajosos, que assumimos essa dívida. Além de assumir a dívida, assumiu a tesoura. Na televisão, a tesoura virou símbolo do Governador. Falamos da tesoura, e ele a colocou no ar. O Governo se orgulha de dar tesouradas no serviço público. O Governador, certamente, não tem alegria nenhuma em ver isso, mas a tesoura passou a ser o símbolo do Governo do Estado.

Por que, em vez de o nosso inteligente Anastasia, a quem admiramos muito, de o Deputado Danilo de Castro e outros colocarem as mentes para funcionar em como fazer cortes, não as colocam para discutir a reformulação tributária, para aprovar a reforma tributária que está no Congresso Nacional e, a partir dela, reorganizar o Estado?

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Verifico que o Deputado Rogério Correia, embora tenha manifestado um desejo enorme de debater com aqueles que acreditam ser a hora de Minas Gerais se desenvolver com as propostas do Governador Aécio Neves, infelizmente se empolgou e não nos deu o aparte. Mas também me contento com a decisão de V. Exa., Sr. Presidente, e reitero que estou, absolutamente, pronto para o debate. Se o Deputado Rogério Correia e a Presidência assim me permitirem, o faremos, mas curvo-me à decisão da Presidência, uma vez que verificamos que não há quórum, embora este Deputado aqui esteja desde as primeiras horas do dia e aqui permanecerá enquanto houver a possibilidade de debater o assunto, para encontrar melhores opções para o aprimoramento dos projetos que aqui vierem. Só entendemos que as coisas estão realmente se desvirtuando do debate.

O Deputado Rogério Correia - Deputado Domingos Sávio, passarei o aparte ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, mas a nossa intenção é também aprofundar o debate para encontrar soluções.

Acredito que a solução do diálogo, Sr. Presidente, seria, sinceramente, o Governador retirar a ameaça da demissão em um dos projetos e retirar o Projeto CLT, que desorganiza o Estado. A partir daí, poderemos discutir a avaliação de desempenho no interior de plano de carreira e organizar o Estado. Estamos dispostos a fazer isso.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Cumprimento V. Exa. e agradeço a deferência do nosso Presidente. Solicitei um aparte somente para dizer-lhes rápidas palavras.

Jamais fugiremos de debate, de diálogo. Em primeiro lugar porque é democrático e necessário. Devo dizer a V. Exa. que, em decorrência de requerimento de nossa autoria, o Secretário Anastasia estará aqui, na terça-feira próxima, para debater, de maneira clara, nítida, transparente,

com todos os servidores, com a Bancada do PT, todos esses projetos que envolvem a modernização do Estado. Portanto, a presença do nosso Secretário já está confirmada e, com certeza, teremos um debate no momento correto.

Entendo o posicionamento de V. Exa. Estamos discutindo o projeto de lei do Deputado Leonardo Quintão, mas acho que o debate, neste momento, torna-se desnecessário não em face da ausência da bancada do partido do Governador, mas porque, pela sua lucidez, na condução do PT, sabe que teremos condição de discutir mais francamente com o próprio Secretário Anastasia e os Deputados que compõem a base governista.

Congratulo-me com V. Exa. Sei que é um grande guerreiro, combativo, mas acho importante a presença de um representante do Governo, como o Secretário Anastasia, que aceitou o convite para vir a esta Casa participar da discussão. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Dalmo.

Vou acatar a solicitação do Presidente, mesmo porque o debate, certamente, terá continuação. Já protocolamos na Mesa pedido para que se realize um seminário sobre esse tema, para que possamos destrinchar melhor cada um desses projetos.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Como não há quórum, peço ao Presidente que encerre, de plano, a reunião, reservando-me o direito de continuar o debate sobre o projeto do Deputado Leonardo Quintão. Aliás, gostaria de dizer a ele que a nossa bancada vai votar favoravelmente ao seu projeto, porque procura proteger as pessoas que, hoje, trabalham em firmas terceirizadas, com muito prejuízo para a sua saúde e bem-estar. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 22, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão especial para emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2003, em 12/3/2003

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Sidinho do Ferrotaco, Vanessa Lucas e Padre João, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e informa aos Deputados que não há ata a ser lida, por ser a primeira reunião especial, destinada a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. A seguir determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida a Deputada Vanessa Lucas para atuar como escrutinadora. Realizada a votação, a escrutinadora anuncia o seguinte resultado: para Presidente, o Deputado Sidinho do Ferrotaco, e, para Vice-Presidente, a Deputada Vanessa Lucas, ambos com quatro votos. Em seguida, o Presidente "ad hoc" declara empossado como Presidente o Deputado Sidinho do Ferrotaco, a quem passa a Presidência da reunião. O Deputado Sidinho do Ferrotaco agradece a escolha de seu nome e, em seguida, empossa a Deputada Vanessa Lucas como Vice-Presidente. Após, o Presidente eleito designa o Deputado Padre João para relatar a matéria no 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2003.

Sidinho do Ferrotaco, Presidente - Padre João - Doutor Viana.

ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública, em 19/5/2003

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Rogério Correia e Domingos Sávio (substituindo este ao Deputado Olinto Godinho, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscreta pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater com os convidados ações e projetos que possibilitem a utilização de recursos provenientes da alienação de terras, bens móveis e semoventes apreendidos de organizações criminosas ou em decorrência da prática de crime de tráfico de drogas e apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: em turno único, Projeto de Lei nºs 471/2003, (Deputado Rogério Correia) e 487/2003, (Deputado Alberto Bejani). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 65/2003 (relator: Deputado Rogério Correia). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 639, 649 e 658/2003. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Bittar, em que solicita audiência pública desta Comissão para discutir o aumento dos índices de violência no Estado, suas causas e possíveis formas de combate, com ênfase para o Município de Uberlândia, no Triângulo Mineiro; Rogério Correia, em que solicita seja enviado ofício ao Deputado Federal Moroni Torgan solicitando urgência na apreciação do projeto de lei complementar de iniciativa do Presidente da República que altera dispositivos da legislação penal e solicita também que aquele Deputado altere o referido projeto para agilizar o procedimento de arrecadação e alienação de bens móveis e imóveis adquiridos como produto da atividade criminal; e da Comissão, em que solicita seja encaminhada às autoridades que menciona cópia do relatório elaborado por ela sobre a situação da Penitenciária Nelson Hungria. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados e registra a presença dos Srs. Elias Murad, Sub-Secretário de Estado Anti-Drogas; Cláudio Roberto Pessoa Dornelas, Delegado Titular da Delegacia de Prevenção e Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal; André Estevão Ubaldino Pereira, Procurador e Coordenador do CAO CRIMO - Centro de Apoio Operacional de Combate ao Crime Organizado e de Investigação Criminal; Adam dos Santos, Superintendente-Geral da Polícia Civil, e Carlos Alberto Malheiros Fialho, Titular da Divisão de Tóxicos e Entorpecentes, representantes do Dr. Otto Teixeira Filho, Chefe da Polícia Civil; Cássio Salomé, Juiz de Direito da Vara de Conflitos Agrários; Armando Vieira Miranda, Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST -, e Luciano Dias Bicalho Camargos, Procurador do INCRA, representando Marcos Helênio Leoni Pena, Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. A Presidência faz suas considerações iniciais na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate e, a seguir, concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor de requerimento que trata do mesmo assunto, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2003.

Sargento Rodrigues, Presidente - Rogério Correia - Carlos Pimenta.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 40ª reunião ordinária, EM 28/5/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 422/2003, do Deputado Gil Pereira, solicitando ao Diretor-Geral do DER-MG informações sobre o andamento das obras da BR-381, que liga Belo Horizonte a São Paulo, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 2/2003, do Deputado Célio Moreira, que dá nova redação ao art. 70 da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 9/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados nos contratos de serviços terceirizados e fornecimento em que participar a administração pública do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 17/2003, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o assentamento, no Estado, de famílias removidas em decorrência de obras públicas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 25/2003, do Deputado Jayro Lessa, que dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 33/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza a veiculação de publicidade no encosto de cabeça das poltronas dos ônibus intermunicipais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 65/2003, da Deputada Maria José Hauelsen, que institui a segurança obrigatória nos caixas eletrônicos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 96/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre as certidões emitidas por repartições públicas do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta, ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 104/2003, da Deputada Lúcia Pacífico, que dispõe sobre a afixação de tabela de preços dos serviços nas agências bancárias. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 116/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que proíbe a exigência de depósito prévio para internamento em hospitais públicos e privados e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 244/2003, do Deputado Paulo Piau, que dispõe sobre a divulgação de planilhas de custos da produção de leite e derivados e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 28/5/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 89/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Em turno único: Projeto de Lei nº 139/2003, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 246/2003, do Deputado Paulo Piau; 415/2003, do Deputado Miguel Martini; 459 e 460/2003, do Deputado Antônio Andrade.

Requerimento nº 726/2003, do Deputado Márcio Passos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 28/5/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 44/2003, do Deputado Miguel Martini; 93/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; e 147/2003, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 14h30min do dia 28/5/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 672/2003, do Deputado Arlen Santiago; 699 e 700/2003, do Deputado Antônio Andrade; 716 a 719/2003, do Deputado Márcio Passos; 720 e 721/2003, do Deputado Laudelino Augusto; 724/2003, do Deputado Arlen Santiago; 732 a 734/2003, da Comissão de Direitos Humanos; 739/2003, da Deputada Cecília Ferramenta.

Finalidade: apreciar matéria constante da pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 28/5/2003

Pauta Complementar

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 240/2003, do Deputado Paulo Piau; e 353/2003, do Deputado Antônio Carlos Andrada.

Discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 115/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial dos Convênios com a União, a realizar-se às 15 horas do dia 28/5/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 28/5/2003, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 1ª Fase da 2ª Parte, à apreciação do Requerimento nº 422/2003, do Deputado Gil Pereira, solicitando ao Diretor-Geral do DER-MG informações sobre o andamento das obras da BR-381, que liga Belo Horizonte a São Paulo, com as especificações que menciona; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 9/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados nos contratos de serviços terceirizados e fornecimento em que participar a administração pública do Estado; 17/2003, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o assentamento, no Estado, de famílias removidas em decorrência de obras públicas e dá outras providências; 25/2003, do Deputado Jayro Lessa, que dispõe sobre atendimento prioritário às pessoas que menciona e dá outras providências; 33/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza a veiculação de publicidade no encosto de cabeça das poltronas dos ônibus intermunicipais; 65/2003, da Deputada Maria José Haueisen, que institui a segurança obrigatória nos caixas eletrônicos; 96/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre as certidões emitidas por repartições públicas do Estado; 104/2003, da Deputada Lúcia Pacífico, que dispõe sobre a afiação de tabela de preços dos serviços nas agências bancárias; 116/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que proíbe a exigência de depósito prévio para internamento em hospitais públicos e privados e dá outras providências; e 244/2003, do Deputado Paulo Piau, que dispõe sobre a divulgação de planilhas de custos da produção de leite e derivados e dá outras providências; e do Projeto de Lei Complementar nº 2/2003, do Deputado Célio Moreira, que dá nova redação ao art. 70 da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 27 de maio de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Chico Rafael, Leonardo Moreira e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/5/2003, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2003, do Deputado Neider Moreira e outros e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2003.

Jô Moraes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Vanessa Lucas e os Deputados Antônio Júlio, Dimas Fabiano e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/5/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater, com diversos convidados, a situação dos mutuários da extinta MinasCaixa, em face do que dispõe a Lei Federal nº 10.150, de 21/12/2000.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2003.

Lúcia Pacífico, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Marília Campos e Ana Maria e os Deputados André Quintão e Pinduca Ferreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/5/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se obterem informações sobre a possível implantação de um centro de reeducação de menores infratores na região do Barreiro, mais especificamente no conjunto Teixeira Dias, e, também, a possível mudança da 11ª Cia. da PMMG.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2003.

Célio Moreira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Elmiro Nascimento, Biel Rocha, Leonídio Bouças e Paulo César, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/6/2003, às 9 horas, no Teatro, com a finalidade de se discutir, a pedido do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a implementação do Programa Empresa Mineira Competitiva.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2003.

José Henrique, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 240/2003

Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Relatório

O Projeto de Lei nº 240/2003, do Deputado Paulo Piau, pretende declarar de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Prestação de Serviços de Sacramento - ACIAPSS -, com sede no Município de Sacramento.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com a Emenda nº 1, que lhe apresentou.

Dando prosseguimento à tramitação, compete a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade, fundada em 31/5/36, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que reúne 220 associados de todos os segmentos da economia e tem como finalidade a defesa e a preservação da empresa privada como instrumento fundamental para o desenvolvimento do município e região.

Conforme consta em seu estatuto, também promove a defesa, perante os poderes públicos e onde quer que se faça necessário, dos direitos, dos interesses e das reivindicações de seus associados, além de propugnar pelo desenvolvimento econômico-social do Estado e do País e pelo fortalecimento da livre empresa.

O mérito trabalho que a entidade empreende nos leva a apresentar este projeto de lei a fim de que a entidade receba o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do relatado, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 240/2003 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2003.

Leonídio Bouças, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 353/2003

Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Andrada, o projeto de lei sob comento visa declarar de utilidade pública a Agência para o Desenvolvimento Econômico e Social de João Pinheiro - ADESJOP -, com sede no mesmo município.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A ADESJOP é uma sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 1988, que tem por finalidade "promover especialmente programas que realizem a geração de emprego e renda no município".

A entidade propicia, além de tudo, o fortalecimento e desenvolvimento econômico e social da localidade, apoiando as empresas existentes e os novos empreendimentos, o que beneficia uma gama enorme de trabalhadores e permite a manutenção de mão-de-obra estável.

Acreditamos, desse modo, pelos princípios norteadores da entidade, que ela merece o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões aludidas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 353/2003 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2003.

Biel Rocha, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 364/2003

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Bilac Pinto, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Casa de Caridade e Assistência à Maternidade e Infância de Itanhandu Dr. Rubens Nilo, com sede no Município de Itanhandu.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade presta relevantes serviços à comunidade e sua principal meta é oferecer assistência médico-hospitalar aos enfermos desprovidos de recursos materiais.

Além da assistência que presta à parturiente no período de internamento, a entidade instrui as gestantes quanto aos cuidados com o nascituro, para que tenham desenvolvimento sadio.

Depreende-se, pois, a relevante importância da entidade como auxiliadora do poder público municipal no desenvolvimento das ações de proteção à saúde.

Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 364/2003.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2003.

Doutor Viana, relator.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 35/2003

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, o projeto de lei em análise dá nova redação ao "caput" e ao §1º do art. 1º da Lei nº 13.514, de 7/4/2000, que dispõe sobre o fornecimento de informações para a defesa de direitos e o esclarecimento de situações.

A matéria foi aprovada no 1º turno na forma em que foi apresentada e retorna, agora, a esta Comissão para receber parecer de 2º turno, nos termos do art. 189 do Regimento Interno.

Segue, em anexo, a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

A proposição em exame tem o objetivo de conferir maior abrangência às informações a serem prestadas pelo poder público, quando do fornecimento de certidões para defesa de direitos e o esclarecimento de situações. Para tanto, altera dispositivos da Lei nº 13.514, de 7/4/2000, que dispõe sobre a matéria.

O foco principal das alterações propostas é o de evitar muitos dos problemas causados pelo grande número de homônimos existentes no País. Tais problemas poderiam ser evitados com a inclusão, nessas certidões, de dados simples e imprescindíveis, como a filiação e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

Como já mencionado por esta Comissão, ao analisar o projeto no 1º turno, a matéria vai ao encontro dos ditames constitucionais. A Constituição Federal estabelece, em seu art. 5º, XXXIII, que "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

Vê-se, pois, que a proposição atende ao interesse público, devendo ser transformada em norma jurídica para proporcionar ao cidadão um serviço mais eficaz por parte do Estado.

Todavia, constatamos que o projeto foi apresentado sem cláusula de vigência e de revogação. Para sanar tal irregularidade e adequá-lo à técnica legislativa, apresentamos as Emendas nºs 1 e 2.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 35/2003 na forma do vencido no 1º turno, com as seguintes Emendas nºs 1 e 2.

EMENDA Nº 1

Fica o projeto acrescido do seguinte art. 2º:

"Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

EMENDA Nº 2

Fica o projeto acrescido do seguinte art. 3º:

"Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário."

Sala das Comissões, 27 de maio de 2003.

Domingos Sávio, Presidente - Jô Moraes, relatora - Dalmo Ribeiro Silva - Leonardo Quintão.

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE LEI Nº 35/2003

Dá nova redação ao "caput" e ao §1º da Lei nº 13.514, de 7 de abril de 2000, que dispõe sobre o fornecimento de informações para a defesa de direitos e o esclarecimento de situações.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O "caput" e o § 1º do art. 1º da Lei nº 13.514, de 7 de abril de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - O poder público fornecerá a qualquer pessoa certidão ou informação de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, para a defesa de direitos e o esclarecimento de situações, no prazo de até quinze dias contados da data do registro do pedido no órgão expedidor.

§ 1º - A certidão ou informação a que se refere o "caput" deste artigo poderá consistir em cópia de qualquer documento ou registro sob a guarda do poder público e incluirá o nome completo da pessoa física a que se referir, sem abreviaturas, seu número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF-MF- e sua filiação."

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

37ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 21/5/2003

O Deputado Neider Moreira - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, público, telespectadores da TV Assembléia, o assunto que me conduz à tribuna traz preocupações a todos os brasileiros, e, se não procurarmos novo caminho para a saúde no nosso País, ela poderá piorar, porque vivemos situação de calamidade na saúde pública. Faremos pequena resenha para compreenderem como isso se desenrola. Naturalmente, não se trata de acontecimento recente, mas que vem se desenrolando há muitos anos: o problema de financiamento da saúde pública neste País é crônico.

Grandes problemas apareceram, acumulando-se com a criação da Unidade Real de Valor - URV -, depois convertida na nova moeda, o real. Toda a economia do dia 1º de junho de 1994 foi convertida por um fator de 2.750. Naquele momento, foi criada uma das maiores aberrações do País: a URV Saúde. Houve um fator diferenciado para a área da saúde, correspondendo a 3.572. As tabelas do SUS foram convertidas pelo novo valor concebido, e, de imediato, todos os prestadores de serviços médicos tiveram uma defasagem próxima a 30%. De lá para cá, outros absurdos vêm sendo cometidos à revelia de questionamentos feitos, inclusive na Justiça. O valor convertido da URV por 3.572 foi motivo de ação ganha pela Federação Brasileira dos Hospitais, em última instância, e, até hoje, não houve negociação junto ao Ministério da Saúde para o pagamento da diferença criada na conversão, o que trouxe terrível transtorno aos prestadores de serviços da saúde. Essa questão não é partidária; está muito além disso. Trata diretamente da cidadania, do direito à saúde pública.

Em 1999, a Câmara dos Deputados lançou o "Manifesto pela Saúde". Naquele momento, levantou-se a defasagem dos custos hospitalares de 109%, acumulados entre 1994, época do Real, até 1999. Nesse período, o SUS teve reajuste de apenas 25%. Pior do que isso: de 1999 para cá, tivemos desvalorização acentuada do Real em relação ao dólar, motivada, primeiramente, pelo início do câmbio flutuante e, posteriormente, pela pressão das exportações, já que a cotação do dólar deveria subir.

Quase todos os insumos utilizados pelos hospitais e serviços médicos em geral são importados, e seu preço varia conforme a variação do dólar. De 1999 para cá, essa situação piorou e, atualmente, é insustentável. Literalmente, estamos no fundo do poço em relação à saúde pública. De 1995 até hoje, há uma defasagem de 150% nas tabelas do SUS.

Semana passada, entramos em contato com o Presidente da Federação dos Hospitais e obtivemos mais informações sobre as greves em hospitais importantes para o atendimento, que começam a pipocar não só em Minas, mas em todo o País. Em Belo Horizonte, sabe-se das greves que atingem o Hospital Felício Rocho e a Santa Casa de Misericórdia. A situação desses hospitais de referência, de porte, amedronta a população. A comunidade carente, que depende diretamente do serviço do SUS, está em situação aviltante. A nossa esperança, fundada principalmente nas propostas de campanha do Ministro Humberto Costa, pouco a pouco se dissipa.

Esta semana, recebemos o novo informativo da Federação dos Hospitais. Lerei trecho de texto do editorial, na 2ª página, para que compreendam a situação. (- Lê:): "Hoje temos a convicção de que as orientações do Ministério da Saúde são de fortalecimento do SUS e de que não se está preocupando com a rede privada de hospitais. Apesar de esse segmento realizar 70% do atendimento às internações, o Governo o está tratando com completa indiferença. Não estamos sentindo nenhuma disposição do Governo em nos conceder reajuste na tabela de procedimentos, linhas de créditos, etc." Isso é extremamente preocupante.

Há alguns dias, vimos reportagens na mídia tratando da falta de leitos. Isso foi motivo de amplas reportagens no horário nobre da TV. Houve uma tentativa de intervenção do Ministro da Saúde, para que se cumpram as internações sem a existência de leitos.

Sabemos que o problema da saúde não se resolverá dessa forma. Não é criando intervenções desse tipo, ou seja, pontuais, que resolveremos esse problema. É preciso que haja vontade política, ou melhor, ponha-se em discussão uma política de saúde.

Fiquei muito feliz ao saber que o Deputado Federal Rafael Guerra, ex-Secretário de Estado do Governo, há duas semanas foi eleito Presidente da Frente Parlamentar de Saúde, que congrega mais de 200 Deputados Federais.

O Deputado Fahim Sawan apresentou um requerimento na Comissão de Saúde, da qual faço parte, que deve ser votado amanhã, pedindo a presença do Deputado Federal Rafael Guerra, para discutirmos essas questões. Acho extremamente importante que nossa Comissão esteja em sintonia com essa Frente, para podermos servir de apoio para atuação em Minas Gerais e para trazermos esses problemas para nossa Comissão.

Peço ao Líder do Bloco PT - PC do B, Deputado Rogério Correia, que leve essa preocupação à Bancada Federal do PT, que manifeste isso ao Ministro da Saúde. Sabemos que os problemas não são atuais, que passam por muitos Governos. Se o Governo do PT quer administrar o social, que olhe com sinceridade, vontade e preocupação a situação da saúde pública no País. É inconcebível que hospitais fechem por absoluta falta de sintonia do poder público com as questões sociais. Estou indignado com a falta de propostas para a saúde pública, com a falta de vontade política de criar uma linha de trabalho, uma pauta de discussões que resolva, de uma vez por todas, essa situação que perdura há décadas.

Gostaria também de me manifestar a respeito da reforma administrativa enviada pelo Governador Aécio Neves a esta Casa, a qual será objeto de discussões muito interessantes nesta Casa. Muito foi dito na tribuna ontem e hoje, mas um ponto importante foi esquecido, que é a criação do Afastamento Voluntário Incentivado - AVI. Esse afastamento cria a possibilidade de o servidor ficar afastado do serviço público de seis meses a dois anos recebendo 20% do seu salário ao mês. Muitas vezes o servidor insatisfeito vislumbra uma oportunidade de criar seu próprio negócio ou de partir para a iniciativa privada, o que é extremamente importante, porque se tira do serviço público quem está desmotivado para trabalhar, dando-se oportunidade de crescimento a outra pessoa. Resguardando-se os direitos trabalhistas e dando-se incentivo ao servidor para se afastar, possibilita-se melhoria de atendimento no serviço público. Muito obrigado.

O Deputado Laudelino Augusto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cidadãos e cidadãs que nos acompanham pela TV Assembléia, público das galerias. Voltamos a esta tribuna para fazer uma homenagem e também algumas considerações sobre uma audiência que houve ontem na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas da Casa.

Faço uma homenagem a valoroso companheiro do Sul de Minas falecido na semana passada. Início esta homenagem com uma frase de Bertold Brecht, já conhecida e que retrata bem a figura desse nosso companheiro: "Há homens que lutam um dia e são bons. Há outros que lutam um ano e são melhores. Há aqueles que lutam muitos anos e são muito bons. Há aqueles que lutam toda a vida, esses são imprescindíveis". É o caso do nosso companheiro Fabiano Viotti, conhecido mestre do Sul de Minas Gerais, falecido no último dia 8 de maio.

Fabiano Viotti nasceu em Baependi, em 20 de fevereiro de 1945, onde passou toda a sua infância e fez os primeiros estudos. Na década de 60 viveu em Belo Horizonte, onde estudou e formou-se em História pela UFMG. Militou no movimento estudantil, foi membro da Juventude Estudantil Católica - JEC - e da Juventude Universitária Católica - JUC -, participou da Ação Popular - AP. Na periferia de Belo Horizonte iniciou o seu trabalho de educador, lecionando no Movimento de Educação de Base - MEB -, como alfabetizador voluntário.

No final dos anos 60, com o endurecimento do regime militar, após o malfadado AI-5, Fabiano Viotti optou por viver no interior e atuar nas bases como intelectual orgânico. Foi professor de História em colégios de Caxambu, Baependi, Conceição do Rio Verde e outras cidades da região. Atuou como Inspetor de Ensino na então Delegacia Regional de Varginha, transferindo-se depois para a Superintendência de Caxambu. Lecionou nas Faculdades de Filosofia de Formiga e de Varginha e, desde 1975, foi professor titular na Unincor nos "campus" de Três Corações e de Caxambu.

Nosso companheiro Fabiano Viotti foi fundador e grande divulgador da União dos Trabalhadores da Educação - UTE -, hoje Sind-UTE, em todo o Sul de Minas e em outras regiões do Estado. Fabiano era referência regional em tudo que se tratava de Educação. No campo-político partidário, atuou no MDB, na época único partido que fazia oposição ao regime militar e, com a fundação do PT, tornou-se o principal articulador do partido na região Sul do Estado, fundando diretórios em vários municípios. Foi candidato a Prefeito de Caxambu em 1988 e a Deputado Estadual, nas três eleições da década de 90, sempre, com expressiva votação, contribuindo para a eleição de muitos dos nossos companheiros das primeiras bancadas do PT nesta Assembléia. Chegou a ser primeiro suplente em 1990. Fabiano coordenou todas as campanhas do PT no extremo Sul de Minas, no Circuito das Águas. Militante de várias pastorais sociais, assessorava encontros, romarias, seminários, especialmente na Diocese de Campanha como também, algumas vezes, nas Dioceses de Pouso Alegre e Guaxupé.

Nos últimos meses, apesar de sua condição física frágil, o que nunca foi para ele motivo de desânimo, pelo contrário, com todo o entusiasmo que lhe era próprio, atuou como consultor e assessor especial voluntário do mandato coletivo pró-cidadania do Deputado Estadual Laudelino Augusto.

Assumi com vigor o trabalho pela conquista da cidadania, construindo o poder popular - teoria e prática que aprendemos exatamente com ele.

No final de abril, em uma reunião de planejamento estratégico do nosso mandato, parecendo estar sentindo algo - possuía mesmo problemas de coração -, Fabiano chegou a dizer nas conclusões: "Quero passar o resto dos meus dias, o pouco que ainda tiver de vida, contribuindo para

esse projeto democrático-participativo, único que pode romper com o capitalismo e construir uma sociedade humana e justa". Foi isso que sempre fez e estava fazendo quando sofreu uma parada cardíaca.

No dia 7 de maio, há 15 dias, na Câmara Municipal de Caxambu, representando a comunidade em diagnóstico que está sendo feito naquela cidade, após defender veementemente a realização de audiências públicas para o orçamento participativo e presenciar a votação unânime dos Vereadores favoravelmente à sua proposta - aliás, hoje, está sendo realizada reunião na Câmara sobre a LDO -, talvez pela emoção, foi acometido por uma parada cardíaca, vindo a falecer no dia seguinte.

Em seu sepultamento, um dos mais concorridos da região, estiveram presentes representantes de várias cidades - do Sul e de outras regiões -, professores, políticos, sindicalistas, populares, com depoimentos que testificaram a linda história desse baluarte da educação e da cidadania.

As últimas palavras de Fabiano Viotti, na tribuna da Câmara de Caxambu, após fazer alguns agradecimentos e receber muitos aplausos, foram: "Desejo continuar os trabalhos sob as bênçãos de Deus". Certamente, é o que está fazendo neste momento. A nossa melhor homenagem será continuar a luta para concretização de seus sonhos.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Sou solidária com V. Exa. e com o povo do Sul de Minas neste momento de perda do grande companheiro Fabiano Viotti. Tive a honra e o orgulho de conhecê-lo e sei da sua vida dedicada à defesa da sociedade com que tanto sonhamos.

Os últimos dizeres da sua vida confirmam o seu ideal: ainda continuar, mesmo em uma outra vida - nós, cristãos, sabemos que continua vivo -, pedindo a Deus para que o nosso País e o nosso povo tenham dias muito melhores, que o povo tenha qualidade de vida e as crianças possam sorrir - sobretudo neste Governo democrático-popular, que tem compromisso com a maioria da população, principalmente os excluídos. Fabiano Viotti dedicou sua vida à defesa dos excluídos.

Quero, então, solidarizar-me com V. Exa. e com todo o povo do Sul de Minas neste momento de sofrimento e dor, mas, ao mesmo tempo, de esperança por dias melhores. Quanto mais cidadãos e cidadãs brasileiros doarem sua vida diariamente para que isso aconteça, mais a nossa esperança crescerá. Por isso, nós, do PT e do Bloco PT-PC do B, somos solidários, neste momento, com o Sul de Minas, com os familiares e amigos e com todos que têm o mesmo sonho do companheiro Fabiano Viotti.

Permita-me, Deputado Laudelino Augusto, aproveitar este momento para fazer o registro nesta Casa de algo que, certamente, também era sonho do nosso companheiro Fabiano Viotti: hoje, conforme foi publicado no "Estado de Minas", a Secretária da Educação de Minas passará o ensino fundamental de oito para nove anos. Isso é importante, fundamental, e queremos deixar o fato registrado.

Queremos registrar também que já foi anunciada, nesta Casa, pela Maria José Feres, há dois meses, a existência de proposta do Governo Federal que sinalizou ter encaminhado os recursos através do FUNDEB para que isso aconteça. Portanto, é uma ação do Governo de Minas, mas porque o Governo Federal viabilizou os recursos para tal.

O Deputado Laudelino Augusto - Agradeço o aparte.

Na nossa homenagem ao companheiro Fabiano, lembro palavras do Profeta Isaías: "As pessoas que ensinam os outros brilharão um dia como estrelas no céu.". Temos confiança de que nosso mestre do Sul de Minas brilha no céu como estrela e nos anima a continuar a luta na terra.

Em homenagem a esse grande lutador, por sua ética e transparência - e já estava nos assessorando em alguns casos -, farei breve comentário sobre a audiência de ontem na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que fizemos denúncias com relação à estrada que liga Maria da Fé a Cristina.

Fizemos um requerimento, na presença do Diretor de Construção do DER, Dr. Aroldo, pois estamos na expectativa de que os municípios sem acesso pavimentado passem a tê-lo. Aliás, é promessa do Governo atual, e estamos aqui para fiscalizá-la. Isso é importante para o desenvolvimento, para a garantia do direito de ir e vir, para a produção e comercialização.

Com a preocupação de que todo o trabalho seja bem feito, com ética, e de que haja bom uso do dinheiro público, fizemos esse requerimento. Entre Maria da Fé e Cristina, faz tão-somente dois anos que a obra foi entregue, na presença do Governador e do Vice-Governador da época, e a estrada está quase intransitável. Fizemos visita à região e tiramos fotos.

Infelizmente, houve omissão por parte do DER local, que tem a rodovia sob sua jurisdição, não tendo o Departamento atuado como executor nem como interveniente - como responsável pelo projeto e pela fiscalização da obra.

A obra foi executada sem a realização do projeto final de engenharia e foi financiada pela COMIG, que, aliás, parece-me que andou fazendo outras obras. Após dois anos de conclusão da construção, o pavimento já está em estado precário, como atestam as fotos que mostraremos depois.

Considerando a péssima qualidade do pavimento e tendo despendido R\$7.740.741,56, até a presente data, as Prefeituras de Maria da Fé e Cristina não intimaram a construtora a reparar os danos existentes.

Recomendamos - e o requerimento já foi votado - audiência pública para esclarecer as irregularidades, com a presença dos Prefeitos de Maria da Fé e Cristina, dos engenheiros das Prefeituras, do Diretor-Geral do DER, do engenheiro do DER residente em Itajubá, do Promotor de Justiça de Itajubá - que trabalha em Cristina e é testemunha ocular da situação -, do Presidente da COMIG e dos Diretores das empresas Global Engenharia e ENEPLAN Projetos e Consultoria, que ganhou a licitação para fazer a fiscalização.

Também solicitamos à COMIG a relação de todos os convênios firmados na última gestão, e ao Diretor do DER que determine ao engenheiro residente que nos ajude com um laborista e um auxiliar, para que possamos fazer mais uma visita e oficialmente comprovar as irregularidades.

É muito séria a questão, porque se trata do dinheiro público. Foram gastos R\$7.740.000,00 em estrada que praticamente acabou em menos de dois anos.

Se estamos na expectativa de pavimentar estradas de acesso em 224 municípios do Estado, é nossa obrigação investigar, porque, quando a obra é bem feita, ganham o Estado, as empresas e o povo.

Estamos acompanhando o processo para ajudar o Governo do Estado, porque, se é função do Executivo realizar obras, a nossa é de estar

fiscalizando-as. Muito obrigado.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, conforme nos foi possível constatar por meio da mídia, chegam hoje a Minas Gerais recursos provenientes dos "royalties" da área de energia elétrica, em uma linha de entendimento do Governo Federal com o Estadual. Com toda certeza, isso é fruto da sensibilidade do Governo Federal, mas, antes de tudo, é resultado do trabalho do Governador Aécio Neves, que teve, durante a sua campanha ao Governo do Estado e agora à frente do Governo, a postura de buscar, com grande determinação e senso de responsabilidade que lhe impõem os deveres do cargo, o que é de direito ao nosso Estado como ente da Federação. Esse é mais um dos exemplos significativos que, nesses cinco meses de Governo, pudemos constatar na linha que o Governador expõe: as divergências partidárias devem ser deixadas de lado quando os interesses maiores do Estado e do País falarem aos ouvidos e ao senso de responsabilidade dos homens públicos. A partir desse exemplo, devemos criar uma mobilização de todo o parlamento, em busca do resgate do "royalty" mineral, que já foi sinalizado pelo Governador Aécio Neves. As nossas reservas minerais não renováveis vão para o exterior, tornando-se produtos agregados com maior valor comercial. Todos temos de empunhar essa bandeira.

Fiz essa exposição preliminar para que, na qualidade de Líder do Governo, possa reafirmar aquilo que todos escutamos em visita programada ao Palácio da Liberdade. Chamo a atenção para o fato de, nessa visita, não ter havido distinção de bancada de Situação e de Oposição. Essa é uma iniciativa do Governador Aécio Neves, até na esteira da iniciativa do Presidente da República, que sensibilizou os Governadores e a sociedade para as grandes mudanças indispensáveis ao País. O Governador teve oportunidade de esclarecer os pontos basilares, não do pacote, como querem aqui denominar, mas da reforma administrativa. Esclareceu que sua decisão se pautava fundamentalmente em três princípios inarredáveis. O primeiro deles é a garantia dos direitos adquiridos e, mais do que isso, da expectativa de direito do funcionalismo público; o segundo é que a reforma tem como diretriz maior valorização da carreira do funcionalismo público com perspectivas de ascensão; por último, a busca da modernidade do Estado, por meio da eficiência e eficácia da máquina pública. É certo que centra-se no funcionalismo público a questão essencial da mudança cultural que deve ocorrer, para que as secretarias e entidades do Estado tragam o crescimento esperado pela sociedade mineira.

Tive oportunidade de ouvir aqui parlamentares da oposição ao Governo. Confesso que me decepcionei. Ouviram do próprio Governador essas exposições, respondendo a preocupações pertinentes da Bancada do PT e do Bloco, no que diz respeito ao plano de carreira, concurso público para o magistério e aos funcionários concursados da FHEMIG. Naquela oportunidade, de maneira peremptória, o Governador falou que sua determinação é de que os estudos conclusivos sobre os planos de carreira estejam neste parlamento no início do próximo semestre. Da mesma forma e no mesmo instante, afirmou que o Estado já havia tomado providências quanto aos recursos próprios e inadequados. Disse também que sua expectativa e convencimento é o de que a justiça reverterá a decisão, em benefício dos concursados e do magistério. Afiançou que os concursados da FHEMIG, a partir do segundo semestre, gradualmente, começariam a ser convocados para o ingresso no serviço público. Portanto, não vejo razão para que, antes da discussão do mérito, do aprofundamento das propostas, parlamentares da oposição venham a esta tribuna criar clima de instabilidade junto ao funcionalismo público, tendo em vista que as propostas não vieram para esta Casa, como não vêm, de forma conclusiva ou terminativa.

A defesa do funcionalismo público não é prerrogativa da Oposição, pelo contrário, é prerrogativa desta Casa e de seus integrantes a defesa dos interesses dos cidadãos mineiros, com ênfase no funcionalismo público. As propostas contarão com a contribuição da base do Governo nesta Casa. E por que não da Oposição? Há uma orientação, um princípio expressado pelo Governador desde o primeiro dia, quando recebi o convite para assumir a Liderança do Governo. A Assembléia Legislativa é a casa do diálogo, da busca do entendimento, do consenso, e a Liderança do Governo primar-se-á por esse exercício.

Mas, por outro lado, nas convicções do Governo, no trabalho da base parlamentar do Governo, quando não chegarmos ao entendimento, não ficaremos tutelados, muito menos condicionados por questões pontuais que, na visão da Oposição, queiram desvirtuar a questão central desta reforma, fundamental para a modernidade de nosso Estado.

Manteremos o diálogo, aliás, fico muito à vontade, porque é do perfil do Governador e deste humilde parlamentar a busca do diálogo permanente como forma de solução. Mas, como Líder do Governo, farei prevalecer aquilo que for convicção do Governo para que essa reforma prevaleça. Para isso, contamos com os parlamentares que compõem a base do Governo. Vamos dialogar, discutir, buscar o mérito das questões.

Vamos seguir, e faço recomendação aos parlamentares da Oposição, o conselho do Presidente Lula. Que a Oposição deixe de fazer bravatas para entrar no mérito das questões. Reconheceu isso, de público e agora tem responsabilidade da investidura maior deste nosso País. Está enfrentando imensos desafios, para isso, vai contar com a mobilização de toda a sociedade, inclusive os partidos de oposição, que já se manifestaram desta forma.

Pela manhã, quando vi esse texto colocado pelo Governo, como forma de esclarecer, de maneira indubitável, todos os pontos da reforma, recebi solicitação do Líder da Minoria, Deputado Roberto Carvalho, que não conhecia ainda o teor dessa matéria. E tomou conhecimento sobre a matéria e me devolveu, dizendo que o Governo estava panfletando pelo jornal "Estado de Minas".

Digo ao Deputado que muito antes pelo contrário, não há panfletagem, e sim compromissos renovados publicamente. Quero e tenho a convicção pessoal de que vou emoldurar essa matéria para presentear o Deputado Roberto Carvalho. Tenho a certeza de que, orgulhosamente, vai ostentá-la em seu gabinete, porque o que está aqui expresso é o desejo inequívoco de avanços para a sociedade mineira e para o Estado.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Alberto Pinto Coelho, nosso Líder, congratulo-me com o que disse V. Exa. A situação do País é delicada, como é também a de nosso Estado, sobretudo a fiscal.

Sabemos quanto o Governo Federal, por intermédio da liderança do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, está fazendo, contrariando mesmo os seus princípios, pelo menos de discurso, para colocar este País no rumo correto. Minas Gerais é parte do País. Respeitamos o Presidente por este ponto de vista. E seria de bom alvitre, construtivo, que todos nesta Casa também pudessem ter o mínimo de respeito com nosso Governador, exatamente porque está movido pelas melhores intenções.

Fica, então, um apelo à Casa. A oposição é importante, é construtiva. Fiz parte da Oposição no Governo passado. Evidentemente não virá para esta Casa projeto perfeito, porque o ser humano é imperfeito.

Concordo com V. Exa. que não é honesto pegar no detalhe para desmontar todo um projeto, que é de boa intenção. Pedimos coerência e honestidade nesta Casa. Parabéns!

O Deputado Rogério Correia - Sugerimos a realização de um seminário sobre a reforma proposta pelo Governo.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Deputado Rogério Correia, lamento não poder conceder aparte a V. Exa, porque meu tempo acabou. Vou concluir o meu pronunciamento.

Respeito as posições e sugestões, mas esta Casa tem um rito próprio, que permite, com segurança, o aprofundamento das matérias, quanto ao mérito. Temos as comissões temáticas permanentes. Nada substitui a função das comissões e deste Plenário, que é soberano.

Conclamo as lideranças sindicais. Nós, da liderança da base governista, estamos abertos ao diálogo, receptivos ao entendimento, e, mais uma vez, digo que encontrarão guarida para toda e qualquer questão que diga respeito à reforma ou a outra matéria. O Governo é sensível, sabe ouvir, acolher e reconhecer, se necessário, o aprimoramento das suas posições, mas jamais fugirá do tema central, ou seja, deixará que tirem a questão central da discussão. Não permitiremos isso nesta Casa e nos faremos prevalecer. Muito obrigado.

A Deputada Jô Moraes - Caro Presidente, caras Deputadas e Deputados, são muito importantes as palavras do Deputado Alberto Pinto Coelho. Isso é o que a oposição tem como norte. O clima de instabilidade não é provocado pelas justas e legítimas observações e avaliações feitas diante das propostas do Governador. É o resultado do desmonte da máquina pública, cujo aprofundamento será determinado pelo alcance dessas medidas.

O que está em discussão é o futuro de Minas, que passa por grande crise, cuja natureza deve ser compreendida, a fim de encontrarmos os caminhos para solucioná-la. Isso é o que importa. Conforme os meus primeiros estudos e análises, as propostas do Governador estão na contracorrente da história de Minas, que sempre necessitou do reforço da máquina pública para impulsionar seu desenvolvimento. Desde 1902, na época de João Pinheiro, uma série de medidas foram impulsionadas pela máquina estatal, como a Cidade Industrial e a criação da Vale do Rio Doce.

Compreendemos e aceitamos que o Estado esteja passando por crise de natureza fiscal, financeira e dos serviços públicos. Cotidianamente, convivemos com os dramas do sistema de saúde pública, com os impasses da área educacional e, sobretudo, com as fragilidades do sistema de segurança pública. No entanto, se não compreendermos as razões dessas crises poderemos aplicar o remédio errado. Diagnóstico equivocado levará a medicação errada, cujo resultado poderá ser fatal.

Lembro que essa crise fiscal e financeira é muito antiga e é fruto do modelo adotado.

Quanto foi cortado até aqui, desde a década de 90, com a implantação do modelo econômico de submissão aos mercados internacionais? E resultou em quê? No aprimoramento dos cortes e déficits acumulados desde os idos do primeiro governo tucano. Os serviços públicos estão precários porque houve desmonte: demissões, desestruturação e desorganização. A situação me preocupa muito. Acho satisfatório o Deputado Alberto dizer que a base governista está disposta a contribuir, mas para a aprovação de projetos que efetivamente tirem o Estado do impasse.

Digo aos caros Deputados e Deputadas que tenho dois diagnósticos. O primeiro refere-se às medidas tomadas. Elas apenas maquiavam um pouco o processo de gastos fiscais, para assegurar que sejam adequados à Lei de Responsabilidade Fiscal, e para conseguir recursos de fora. Poderia entender como justificável tais razões, se as medidas não levassem à absoluta desorganização da máquina pública. Estou assustada com a forma e a engenharia política com que as normas estão sendo apresentadas! Nenhum dos projetos cria política remuneratória - que isso fique claro. E a LDO especifica a inexistência de margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Leia-se: não há margem para expansão de gastos com a folha de pessoal. Só se houver demissão generalizada. Os projetos apontam para essa perspectiva.

Há ainda a criação do prêmio de produtividade, condicionado à disponibilidade financeira, de acordo com o art. 33, § 3º. Essa disponibilidade já é assegurada pela LDO, e não existe. Há projeto criando também o adicional de desempenho incidente sobre o vencimento básico, que depende de avaliação semestral. Sabemos, com absoluta certeza, o que isso incorporará na dinâmica da estrutura pública. Há ainda o acordo de resultados, instituído pelo Projeto de Lei nº 717, que é o mesmo que trata do prêmio de produtividade estabelecido em outro projeto. Pasmem, caros Deputados e Deputadas! Ele defende que 50% do prêmio servirá para o pagamento da dívida pública estadual. Além de suas próprias dificuldades financeiras, os servidores serão sacrificados para pagar a dívida. Os outros 50%, no caso de disponibilidade, serão recuperados em prêmios.

E o estabelecimento do banco de horas? A questão central e mais importante, Deputado Alberto, é a desorganização da máquina pública. Estão criando três tipos de servidores: os do regime antigo, os do regime a ser implementado e aqueles pertencentes à CLT. O serviço público não é empresa privada! Ele tem que ser aferido! Uma coisa é produzir 50 carros, outra é discutir a produção de consultas, a qualidade, o número de prisões a serem construídas e os critérios de produtividade, porque o serviço público é diferente do privado.

Preocupa-me o clima de desestruturação e desorganização, que faz com que convivam no mesmo órgão, que irá avaliar a produtividade para inserir no acordo de resultados, três tipos de servidores. E como irão se comportar? Que estímulo terão? Esta é preocupação central que contraria a perspectiva de modernização do serviço público. A modernização deve incluir avaliação de desempenho, um processo de metas institucionais que assegure uma renovação, mas isso se faz com valorização, treinamento e qualificação dos servidores, com equiparação, instrumentalização da máquina pública, com médicos profissionais, informatização da rede, com a segurança pública tendo recursos suficientes para enfrentar a criminalidade. Não se faz penalizando os servidores e criando disputa no interior de cada órgão.

Concedo aparte ao Deputado Miguel Martini, para que V. Exa. não diga que recuso polêmica.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Jamais diria tal coisa sobre V. Exa., que, além de brilhante parlamentar, é sempre cortês, gentil, e, acima de tudo, democrata. Acompanhando seu raciocínio, tenho dúvidas se este é o discurso para o Estado de Minas, na situação em que se encontra hoje. O País e o Estado estão em crise, ou seja, a administração pública do Brasil. Há três tipos de servidores, e há distorções absurdas em nosso Estado. Exatamente dentro desta lógica, vieram as reformas, não apenas para que este Governo, mas os próximos governantes, faça as correções. Se essas medidas houvessem sido tomadas no passado, já haveria um plano de cargos e salários do servidor público, já estaria solucionada a questão da função pública, dos contratados, etc. Mas o Governador Aécio Neves assumiu o comando do Estado com esta realidade: 73% do orçamento dispensado à folha de pagamento, uma dívida consolidada que deve ser honrada, o custeio da máquina administrativa, etc. Não há como agir de maneira diferente, a menos que essas emendas sugeridas digam como conseguir recursos para viabilizar o Estado. As medidas visam a gerar condições em médio e longo prazos para que o Governo possa fazer todas as correções. É preciso ter receita para cobrir despesa. As receitas não são inventadas, mas o art. 17 da LDO vincula o crescimento do Estado ao benefício dos servidores. Mas não é possível pagar aos servidores e deixar de pagar ao Governo Federal.

A Deputada Jô Moraes - Quem está desorganizando e criando os três tipos de servidores são essas reformas. Alternativa para enfrentar a crise fiscal e orçamentária existe.

Por que não se altera e se aprofunda a fiscalização, para que efetivamente se amplie a base de arrecadação? Por que não se altera o perfil da renúncia fiscal, e não apenas a legislação federal, que o orienta e determina? Temos autonomia para alterar o perfil da renúncia fiscal, que atinge 27% da receita tributária. Com certeza, existe alternativa para enfrentar a crise financeira, que todos reconhecemos, se deixarem.

Concluo com esta frase: diante da crise existem dois campos, há quem ganha e há quem perde. O Governador Aécio Neves - com todo o respeito à sua boa intenção, mas boa intenção nunca resolveu problemas políticos - está escolhendo quem pagará para o Estado sair da crise financeira. Não são os grandes, que já se apropriaram da renúncia fiscal e dos subsídios do Estado; são os servidores, que neste momento,

mais uma vez, trabalharão e serão levados à demissão para enfrentar a dívida, contra a qual sempre foram.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputada, é exatamente nessa linha que caminha o Governador Aécio Neves, quando aponta, no art. 17 da LDO, em que está assegurado que o superávit existente no Estado refletirá no benefício de aumento salarial para o servidor.

Tenho a certeza de que, em breve, V. Exa. reconhecerá, dessa tribuna, a ação firme deste Governo para corrigir as distorções de sonegação, de elisão fiscal e de outras questões que há no Estado. Esse benefício já está previsto e refletirá em reajuste salarial.

A Deputada Jô Moraes - Os números dirão, com certeza, que com esses dados não haverá nenhum tipo de aumento ou ganho para o servidor.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Reitero convite ao Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, e também ao Líder da Maioria, Deputado Miguel Martini, para assinarem requerimento apresentado pela Bancada do PT, juntamente com o PC do B, solicitando a realização, nesta Assembléia, com a presença de Secretários de Estado e representantes de sindicatos, de seminário sobre a reforma do Estado - assim chamada pelo Governador, para fazermos a mesma discussão que fizemos sobre a Previdência e, agora, sobre a reforma tributária.

Espero que o Governador Aécio Neves queira o debate, tão anunciado pelos Líderes do Governo e da Maioria. Esse debate será produtivo. O seminário é um dos instrumentos para se realizar esse debate, que, aliás, deveria ter sido feito anteriormente à remessa do pacote. Mas mesmo após a vinda do pacote, pode haver discussão.

Parabéns, Deputada Jô Moraes, pelo seu pronunciamento.

A Deputada Jô Moraes - Obrigada.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes e telespectadores da TV Assembléia, antes de abordar assunto que desperta, nesta tarde, a atenção de todos, registro que hoje é o Dia Nacional da Cachaça, criado pelo Governador Itamar Franco e esta Casa. Embora muitas vezes seja tratado com curiosidade, foi uma demonstração de respeito e consideração com esse produto genuinamente mineiro. Produto que, ao contrário do que alguns pensam, é responsável por centenas de milhares de empregos. São aproximadamente 380 mil mineiros que, de alguma maneira, plantam cana, colhem-na, trabalham na produção e comercialização da aguardente. Logicamente, sabemos que o número de pessoas que o consome é muito grande. Mas somos defensores daqueles que entendem que esse produto deve ser consumido, tratado como alimento, como algo que possa nos propiciar momentos de descontração, de alegria, mas, acima de tudo, com moderação.

Por isso somos parceiros da Associação Mineira de Produtores de Aguardente de Qualidade - AMPAQ. Faço menção a essa data não apenas no sentido comemorativo. Sou muito reservado à questão de datas, pois, às vezes, nos remete a pensamentos demagógicos. Empregando milhares de mineiros, esse segmento sofre o revés da política tributária persistente neste País.

Existem produtores artesanais de cachaça que pagam, por embalagem, até R\$2,00 de IPI, enquanto cachaças de botequins, responsáveis pelo alcoolismo desenfreado, comercializadas e fabricadas em larga escala, com margem de lucro maior que as artesanais, pagam R\$0,30 ou menos. Um produtor de cachaça artesanal emprega milhares de pessoas, e uma única fábrica que produz milhões de litros, que emprega meia dúzia de pessoas, é beneficiada com imposto reduzido. Quem faz o produto artesanal, empregando milhares de pessoas, terá de pagar R\$2,00 por unidade, só de IPI, sem falar no ICMS. Portanto, há clara demonstração da força das usinas e dos cartéis, levando às decisões do Ministério da Fazenda de tributar, de forma madrastra, o pequeno produtor, que produz no âmbito familiar, e de privilegiar os grandes monopólios das usinas do álcool e das exportadoras de aguardentes.

Tenho outro assunto para tratar. Infelizmente, temos dúvida sobre o prevailecimento da sobriedade. Coerência não pode ser palavra barata, colocada a toda a hora no discurso, mas não em prática. Temos de ter respeito com o nosso eleitor, que se pergunta o que pode esperar de nós, do País. Se não houver coerência, que se mude de opinião, mas se justifique. O PT disse, publicamente, por intermédio do Presidente da República, que, quando estamos na oposição podemos fazer bravata, pois não temos de colocá-la em prática. Depois a conversa muda. Mais surpreendente foi o Presidente da Câmara Federal dizer que não se aprovavam determinadas decisões não por não se acreditar que não fossem benéficas ao País nem por não se concordar com elas, mas porque, politicamente, não lhes interessava aprová-las. O PT admite que mudou sua opinião com relação à reforma tributária e à Previdência, o que não condenamos. Foi uma atitude responsável para com o País. No entanto, outra mudança surpreende-nos. Tenho nas mãos a emenda à Constituição citada pelo Deputado Antônio Carlos Andrada. Tivemos a curiosidade de procurá-la nos arquivos da Casa, assim como todos devem fazê-lo, até mesmo os que mudaram de opinião, depois de reflexão sóbria. O art. 35 diz: "É estável, após três anos de efetivo exercício, o servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. § 1º - O servidor público estável só perderá o cargo: I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa".

Isso foi votado e faz parte da Carta Magna. Portanto, é líquido e certo. Deixo clara a minha posição de que é um absurdo qualquer hipótese de demissão sumária sem ampla defesa, ou seja, deixar a eliminação de servidor na mão de decisão autocrática. Por outro lado, é absurdo negar ao cidadão, à dona de casa, ao pai de família, ao trabalhador, ao empresário, ao jovem, ao estudante, enfim, ao povo mineiro o direito de avaliar quem trabalha com competência e seriedade para ele. Isso é inadmissível. Quem não entende que os tempos mudaram não está vendo o que o mais humilde dos cidadãos já enxergou. O serviço público tem de ter eficiência e competência, definida somente por critério de avaliação, com justa e ampla defesa de quem porventura for julgado incompetente.

Portanto, é preciso que isso fique claro para que não percamos tempo e credibilidade perante os cidadãos, que perguntarão se estará de fato sendo discutido o projeto ou as eleições para daqui a alguns anos. "Será isso um palanque para desestabilizar o Governador Aécio Neves, inviabilizá-lo e torcer para que não dê certo ou, como mineiros, discutem sobre os meus interesses?" Felizmente, o povo já não é tão bobo e não cairá nesta conversa, pois está amadurecendo.

Então, é preciso discutir o projeto e não sistematicamente chamá-lo de pacote no momento em que entra nesta Casa, sendo que ainda não tramitou pelas comissões nem foi feita sua leitura inicial. É preciso pensar duas vezes que o eleitor não aceitará mais essa conversa - bravatas - de que houve mudanças porque agora "estou no poder". Não inviabilizaremos o Governador Aécio, mas nos uniremos a ele. Que ele faça um grande governo em Minas Gerais é o que espera o povo mineiro. A grande maioria que elegeu o Presidente Lula também quer o mesmo.

Por isso digo que apóio o Presidente e aceito a sua mudança de postura. O Brasil precisa se modernizar. Se as mudanças não tivessem sido obstruídas nos oito anos que antecederam o Presidente Lula, talvez o País não estivesse vivendo o desemprego e os juros altos.

Logo, conclamo os Deputados a discutir o projeto e a não inviabilizar o Governo, porque o povo mineiro não quer nem aceitará isso.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, prezados colegas, assistência que nos prestigia nesta tarde, telespectadores da TV

Assembléia. O Projeto em pauta, que dispõe sobre o Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia de Minas Gerais, surge num momento importante das discussões de hoje. Estive o tempo todo no Plenário durante a manhã e a tarde ouvindo atentamente todos os oradores, tanto integrantes da Bancada do Governo, quanto da Bancada de Oposição. Trata-se de reforma. É uma iniciativa da Casa, reformando institutos internos, no momento em que discute os projetos de reforma do Governador Aécio Neves. Se é pacote, se são medidas, se é um conjunto de projetos, pouco importa. Seria o mesmo que dizer que o Presidente Lula mandou um "pacotão" para o Congresso. Pouco importa o nome que queiramos dar a essas iniciativas. O que importa é o conteúdo. Estamos aqui para discutir a matéria e buscar elementos, decidir e aperfeiçoar essas iniciativas, buscando sempre o interesse do Estado, da sociedade, do bem comum de todos os mineiros.

Dentre as várias falas que ouvi, uma foi importante e me chamou a atenção. Quando a Deputada Jô Moraes assumiu a tribuna, de forma eloqüente, como é sua maneira de agir, reconheceu que existe uma crise. A crise é reconhecida pela própria Oposição. Quando estamos diante de um problema, diante de uma crise, o que urge fazer é enfrentá-la, encontrar caminhos, alternativas. É preciso lutar, buscar energias, adotar medidas que possam fazer frente aos problemas colocados a toda hora. O pior pecado que pode existir na vida pública é a omissão. Temos que agir, e a Deputada reconhece essa necessidade.

É importante situar o contexto em que tudo isso ocorre. Ouvimos diversos oradores dizendo que a situação é a mesma há anos. Há anos reivindicava-se e cobra-se isso ou aquilo. É verdade. O que não é justo e o que não se pode exigir é que um Governador que está há cinco meses no Governo resolva demandas de 10, 20, 30, 40 anos.

O próprio Presidente Lula foi cobrado a praticar as mudanças que prometeu ao povo brasileiro. S. Exa. pediu que acreditassem que a esperança venceria o medo. O povo acreditou, mas infelizmente começa a surgir silenciosamente, no meio do povo brasileiro, a descrença, que começa a matar, aos poucos, essa esperança.

O Presidente, muito sensível, como homem do povo que sempre foi e pela sua própria origem, percebendo, com a sua intuição, procurou rapidamente a mídia para mandar uma mensagem ao povo. Paciência. Essa foi a palavra de ordem que o Presidente Lula deu aos seus próprios companheiros, que, a todo momento, o atormentam querendo que faça imediatamente aquilo que entende que não é possível fazer.

Não queiram fazer isso com o Governador do Estado, que assume recebendo - e todo mundo reconhece - uma herança pesadíssima, acumulada no tempo, de anos e anos de demandas. Foi falado aqui sobre os tipos de servidores que temos - funcionários designados, contratados, em função pública, concursados e em cargos de comissão. Precisamos começar a mexer nessa herança.

A conversa fácil de que deve dar solução hoje e amanhã, nós, da bancada do Governo, não vamos aceitar, porque essa proposta é demagógica, não é responsável. Sabe-se muito bem - e reconheceu-se aqui - o estado de crise e de necessidade em que está Minas Gerais. É preciso organizar o Estado, reorganizar a máquina pública e retomar a capacidade de investimento do Estado para que cumpra o seu papel.

O Governador Aécio Neves vem fazendo isso. Ainda antes de assumir o Governo, no ano passado, ao ver essa situação caótica em que se encontrava e se encontra o Estado, antecipou-se e pediu ao ex-Governador Itamar Franco que encaminhasse um pedido de delegação de poderes, para iniciar o seu primeiro dia de governo tratando de um choque de gestão, dando um mínimo de condição de ação para o Estado.

Agora, como desdobramento desse choque, encaminhou diversas medidas para dotar o Estado de um feitiço mínimo de condições para implementar os seus projetos, políticas públicas, metas, resgatando a credibilidade junto ao Estado que existe para servir ao povo. Vai dar condições ao funcionalismo de ser tratado de maneira tão digna que sinta orgulho de ser servidor de um Estado que tem credibilidade com o povo. O servidor vai sentir consistência no Governo e vai caminhar planejadamente para um objetivo. Esse funcionário vai ver que é agente desse trabalho de transformação, que vai dotar Minas Gerais de uma máquina bem preparada para enfrentar os desafios.

É preciso pontuar uma outra questão. Que desafios são esses? São vários. Ainda há pouco, ouvi o Deputado Sargento Rodrigues que dizia da situação lamentável da perda de mais um policial assassinado pelos bandidos. Estamos solidários com a nossa gloriosa Polícia Militar, com a nossa Polícia Civil. A PMMG é um parâmetro, e sempre foi, de eficiência e trabalho. Mas querer exigir do Governador, sozinho, que está à frente do Governo de Minas há cinco meses, que enfrente essa situação como se fosse o responsável pelo problema, é muito injusto. Por quê? Porque sabemos que a questão da segurança pública passa pela questão da estruturação das corporações, pelo aparelhamento, mas sobretudo pela recuperação econômica do Brasil.

É preciso acabar com as favelas, enfrentar o desemprego, acabar com a exclusão social. Enquanto esses males existirem, o crime imperará, porque encontrará campo fértil para ação. Então, o grande comando para a transformação desse quadro está muito mais entregue ao Governo Federal, na esperança que o povo brasileiro depositou no Presidente para mudar esse País. Falou-se em exclusão, em abandonados, em miséria, em fome. É preciso, agora, que o discurso se transforme em prática.

Minas, caminhando como está, articulando-se, reestruturando-se, estará apta a enfrentar os desafios e a se sobrepor aos obstáculos. Estará, ainda, aliada não apenas ao Governo Federal nessa luta. É preciso concitar os diversos setores da sociedade para um grande plano, e o Governo Federal vem tentando fazer isso. Há pouco, o Ministro da Justiça estava com o nosso Governador assinando convênio para a inclusão de Minas no Plano Nacional de Segurança Pública. Está sendo dada nova dimensão. O Governador, em tempo recorde, em poucas semanas de Governo, elaborou um plano de emergência, formando força-tarefa, e o próprio Deputado reconheceu que, em julho, estará atuando. Há uma programação arrojada, de acordo com as possibilidades. Minas está se esforçando ao máximo. É preciso reconhecer e entender que estamos no caminho certo e que nenhuma obra é feita do dia para a noite ou da noite para o dia, mas no dia-a-dia, caminhando.

Estamos, agora, recebendo e iniciando nesta Assembléia os debates com relação às medidas do Governador, fase preliminar das reformas que acabam de chegar. Teremos diversas modalidades de debates: discussões no Plenário, nas Comissões, audiências públicas, reuniões fora do âmbito do Poder Legislativo, porque a sociedade e os servidores têm liberdade e iniciativa para fazer isso. Estamos apenas iniciando.

Tenho visto que alguns tópicos têm sido pouco explorados em relação ao seu conteúdo. É preciso tirar o rótulo e enfrentar realmente o que se quer fazer. Tenho ouvido, por exemplo, algumas vezes, parlamentares da Oposição subirem à tribuna para culpar o Governo do Estado pela suspensão do concurso público da Educação, querendo desinformar o servidor. Isso é mentira, agressão, irresponsabilidade, que não podemos e não vamos admitir. Cidadãos, no uso do seu direito, recorreram ao Poder Judiciário, para a suspensão do concurso. O Poder Judiciário, então, resolveu concedê-la, por meio de liminar. Essa ação não passou pelo Estado, mas, ao contrário, foi realizada à sua margem. Após ser intimado e comunicado da decisão do Poder Judiciário, o Estado está tratando da sua defesa para assegurar a validade desse concurso. Queremos mantê-lo, e o esforço do Governo é esse, mas esse esforço não se concretizará na tribuna, fazendo passeata ou comício, mas no âmbito do Poder Judiciário, dentro do processo. Portanto, é preciso alertar que o Governo está integralmente dedicado a essa matéria e usando de toda a sua capacidade jurídica. Criou uma comissão de Procuradores, que está se debruçando sobre a matéria, dentro do prazo legal, pois a pressa é inimiga da perfeição. O Estado tem prazo e o está utilizando para fazer defesa bem feita e convencer o Poder Judiciário, o Juiz que emitiu a liminar, de que a situação é outra: o concurso deve ser mantido, é válido e tem de imperar.

É preciso deixar claro que o Governo quer manter o concurso e está tecnicamente agindo para isso. Ouvimos da Oposição que o plano de carreira tem de andar "pari passu" com as reformas do Governador. O Estado está inserido em um planejamento, e o Governador assumiu esse compromisso, no final do ano passado, antes de assumir o Governo, de que este ano encaminharia o projeto, as propostas do plano de

carreira. Tem cumprido seu planejamento. Fez o choque de gestão inicial. Como desdobramento, manda agora essas medidas, visando a ajustar o equilíbrio fiscal do Estado, a recuperar a capacidade de investimentos.

Discute-se muito aqui sobre a questão do funcionalismo, deixando de lado medidas importantes enviadas pelo Governador à Assembléia, que tratam da questão financeira, da recuperação administrativa e financeira e do equilíbrio orçamentário e fiscal. O Governador está cuidando dessa parte, porque é ela que dará embasamento para a discussão dos planos de carreira. O Governador quer conversar, dialogar, encaminhar para a Assembléia propostas responsáveis, e não demagógicas, como foi feito no Governo passado, quando mandaram uma proposta para esta Casa, e nenhum Secretário de Estado soube informar o que ela representava financeiramente. As Secretarias da Fazenda, de Planejamento, da Administração e da Educação, enfim, ninguém trouxe dado oficial.

Não podemos tratar essa matéria dessa forma. O Governo quer responsabilidade, pois, quando assumir compromisso, irá honrá-lo. É preciso que essas medidas sejam votadas, implementadas, dando os instrumentos necessários para que o Governo passe às etapas seguintes. O Governador já anunciou que tão logo as reformas sejam aprovadas, o plano de carreira chegará a esta Casa. Então, iniciaremos a outra etapa, mas o faremos com responsabilidade e capacidade financeira, honrando os compromissos assumidos.

Trabalhamos dentro de uma lógica, de um planejamento, para dotar o Estado dos instrumentos reclamados há muitos anos. No primeiro ano, o Governador já está tratando dessa matéria, que vem se arrastando ao longo dos anos. Colocou-a como prioritária. Está recuperando o Estado. o primeiro ato, após a recuperação, é o plano de carreira.

Outro ponto muito discutido é a questão do emprego público. É um dispositivo da Constituição Federal, que já está na Constituição do Estado, e é preciso ser regulamentado. Isso porque nosso Estado enfrenta, há muito tempo, um problema grave, ao qual temos de por fim. O Estado possui necessidades eventuais, temporárias. E como o Estado vem enfrentando, ao longo do tempo, essas necessidades? Por meio de contratos administrativos precários, que não dão nenhum direito ao servidor. Quando o contrato termina, o servidor é demitido, mandado embora. Não tem direito à carreira, porque não é concursado, não é efetivo, não faz jus a nenhum direito constante no Estatuto dos Servidores Públicos. Não é celetista, portanto não tem direito a nenhuma das garantias previstas na CLT. No entanto, é um servidor. Praticamente um servidor sem patrão, porque ninguém responde por ele. O Governo quer acabar com essa injustiça. Nos serviços temporários, eventuais, em que sua natureza seja possível, o Governo permite. Porém, não quer mais fazer contratos administrativos precários, criando a figura de um servidor de segunda categoria, mas dando-lhe todos os instrumentos de direito.

E aqui disse o Deputado Roberto Carvalho que esses direitos são caros para o Estado, demonstrando o carinho que o Governador tem com o trabalhador. Ele não optou pelo caminho mais barato, mas pelo mais caro. Muito me espanta que um integrante do PT se posicione assim com relação às vantagens e aos direitos do trabalhador brasileiro, consagrados na CLT. Chegamos ao ponto de criticar os direitos dos trabalhadores regidos pela CLT. Isso não é possível! O Governador está dando direitos ao funcionário, e a Oposição está reclamando! A questão da CLT objetiva colocar fim a esses contratos famigerados, que não dão direitos e não reconhecem o valor do trabalhador do Estado. Ele está resgatando e dando um fim nesse entulho, que, graças a Deus, não imperará mais em Minas Gerais.

Precisamos tratar de uma outra questão de maneira aberta e franca. Refiro-me à questão da Previdência. O projeto enviado pelo Governador à Assembléia Legislativa é cópia fiel do projeto do Presidente Lula. Estamos convencidos de que o projeto é bom, de acordo com o possível. Tenho a certeza de que o Presidente não desejaria nunca propor a taxaço para os aposentados, caso pudesse optar. Ele reconhece que não há outra solução, a não ser contrariar uma tradição do PT, e está se rendendo à realidade. É preciso que a Oposição entenda que o nosso projeto é cópia do que foi apresentado pelo Presidente. Qualquer crítica deve ser dirigida ao Presidente Lula, pedindo que mude o parâmetro nacional, porque as normas gerais para a questão previdenciária são estabelecidas pela União. Temos de seguir o parâmetro adotado pelo Governo Federal.

Com relação à política de aumentos, fez-se uma injustiça ao Governador, o qual deu um primeiro passo concreto e real nesses últimos anos, passo este que nem o Presidente conseguiu. Estabeleceu uma reserva do crescimento da receita nominal do Estado, de forma legal e institucional, para que seja concedido o aumento para o servidor. Pela primeira vez, um Governador tem a ousadia, a coragem, a determinação, a boa vontade e o interesse de tratar dessa matéria de maneira tão legal, clara e positiva, iniciando-se uma fase nova e, de acordo com o quadro atual, a que for possível. À medida que Minas Gerais, acompanhando os passos do Governo Federal, crescer e se desenvolver, essas possibilidades vão aumentando. Mas o mínimo está garantido nesse dispositivo legal. O Governador foi também muito sincero e está inovando em Minas e no Brasil. Encaminhou aqui o Deputado Miguel Martini, nosso colega de Oposição e de bancada em um período. Cobrávamos do Governo passado uma proposta orçamentária real, que não fosse virtual e que retratasse de fato o que o Estado tinha como receita e como despesa. O Governador Aécio Neves assumiu essa postura e mandou a LDO, determinando que o orçamento do Estado retratará fielmente a situação fiscal de Minas Gerais, com os valores reais do que é efetivamente arrecadado e do que é efetivamente gasto, mostrando a realidade dos números, para adquirir confiança neles, nas contas do nosso Estado.

O nosso Governador vem inovando na prática, no discurso, nas atitudes e no comportamento, o que realmente mexe com as pessoas. Muitos que se dizem de direita ou de esquerda, que se prendem a ideologias, muitas vezes, sentem-se incomodados com mudanças, porque ficam presos a regras e compromissos metafísicos, sem conseguir ajeitar-se aos novos tempos. Precisamos preparar a máquina administrativa de Minas, resolver problemas antigos e criar condições para enfrentar situações novas, de forma clara e positiva, como tem feito o Governador Aécio Neves. É preciso enfrentar esses problemas e dar a Minas respostas positivas.

Quanto à questão do IPSEMG, não podemos admitir discursos demagógicos, querendo reputar ao Governador Aécio Neves problemas que esse órgão enfrenta nos dias de hoje, pois são problemas antigos, que vêm se acumulando no tempo e que, como uma panela de pressão, estouraram no Governo passado, que não conseguiu honrar seus compromissos, explodindo o órgão e mostrando que tudo isso é fruto de uma gestão errada, confusa, que recebeu uma chuva de denúncias.

Essa é uma consequência grave do mau uso do dinheiro público, e hoje os problemas estão aflorando. As atitudes têm sido tomadas para corrigir a bagunça que lá imperava e, quando o Governador suspende provisoriamente alguns atos e toma algumas medidas, tentando fazer um levantamento para estancar os erros, os desperdícios e a má aplicação dos recursos financeiros, recebe críticas, como se o órgão fosse um exemplo de administração.

Aceitamos um desafio: vamos abrir - e creio que o Deputado Miguel Martini já iniciou essa tarefa - uma CPI, investigar esses últimos quatro anos e mostrar como foi a administração do IPSEMG, para avaliar se o órgão era bem administrado. Não aceitaremos que esses erros passados recaiam sobre o atual Governador, que vem se esforçando, de maneira muito transparente, para fazer o levantamento do órgão e os ajustes necessários, a fim de recuperar essa instituição, tão cara aos mineiros e aos servidores.

É um órgão importante e conta com a preocupação do Governador, que, entretanto, jamais aceitará que sua preocupação e o carinho que todos os funcionários nutrem por ele abafem os erros que lá estão. Vamos tratar com carinho o IPSEMG, o que significa trazer à tona o que há de errado, podre e mal equacionado, para que possamos ir em frente, resolvendo os problemas e capacitando o órgão a ser um instrumento do servidor público, e não de alguns poucos que se arvoram como seus donos e querem impor suas medidas, regras e visões. Não permitiremos isso.

Agradeço a oportunidade de trazer as nossas considerações a essas medidas importantes do Governador, para modificar o panorama da política administrativa mineira. Frisamos que ele teve o cuidado, a atenção, a inspiração que herdou de seus antepassados políticos e homens públicos e, sobretudo, seu tino, que tem sido revelado nos cargos que tem ocupado.

Ele tratou todas essas matérias, respeitando, de forma magnífica, os direitos adquiridos, passados e futuros, dos nossos servidores. Ele quer respeitar esses direitos, porque entende que é assim que se deve caminhar. Direitos passados e expectativas de direitos, não se mexeu com nada. Mas construindo uma nova caminhada, uma nova opção. E deixando que o próprio servidor escolha. Democraticamente dando essa opção ao servidor público mineiro.

Estamos aqui para saudar essa iniciativa do Governador. Estaremos lutando, trabalhando para aprovação dessas medidas. Nós, os nossos companheiros de partido, do nosso bloco e da base de Governo, porque acreditamos nas medidas. Estamos convictos de que elas vêm para realmente modificar o panorama político-administrativo de Minas, dando a este Estado condições para que sua voz seja ouvida, seja respeitada, no concerto da Federação brasileira, porque, sempre, quando Minas foi ouvida, o Brasil teve dias melhores.

Esperamos recuperar esses dias tão saudosos, que o nosso Estado está a oferecer ao País. Muito obrigado.

38ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 22/5/2003

O Deputado Biel Rocha - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, companheiros e companheiras, ocupo esta tribuna para reportar denúncia que chegou ao meu gabinete e que me deixou estarrecido. Informaram-me que o programa de entrevistas "Palavra Cruzada", um dos melhores e mais qualificados da grade de programação da "Rede Minas", foi censurado por pressões políticas de tucanos de alta plumagem.

O jornalista Gilberto Menezes, que o conduziu com absoluta lisura e isenção por mais de quatro anos, preferiu, em virtude das pressões, demitir-se da emissora, para, com sua queda, evitar que outras pessoas fossem vitimadas por terem se mantido solidárias a ele.

É estranho que, em pleno século XXI, programa de entrevistas, que sempre primou pela pluralidade, sofra pressões e censuras desse quilate. Segundo me informaram, as pressões para a retirada do programa do ar decorreram de críticas feitas aos Governos Fernando Henrique e Eduardo Azeredo. De acordo com a denúncia, o Senador Eduardo Azeredo e o ex-Ministro Pimenta da Veiga foram os patrocinadores das pressões que culminaram com o gesto do jornalista em se demitir diante da condenável censura.

Cumpra registrar, nesse lamentável episódio, a postura ética e correta da jornalista Ângela Carrato, Presidente da "Rede Minas", e do Deputado Danilo de Castro, Secretário de Estado de Governo, que resistiram brava e tenazmente às pressões que vieram de escalões superiores, direta ou indiretamente ligados ao governo Aécio Neves.

Lamento o ocorrido e apelo para o bom-senso. Quem sabe não houve mal-entendido. Aguardo desmentido cabal do Palácio da Liberdade, acompanhado de convocação para que o jornalista Gilberto Menezes volte atrás e reassuma, com o mesmo brilhantismo e imparcialidade, a condução do programa "Palavra Cruzada".

Como se diz na minha Zona da Mata, "quem cala consente". O silêncio do Palácio, se houver, será a prova maior de que a denúncia tem fundamento. E, tendo isto realmente ocorrido, os jornalistas mineiros e brasileiros, por intermédio das suas entidades representativas, não deverão calar-se diante desse arbítrio.

Prefiro manter o benefício da dúvida diante de tão graves denúncias. Entretanto, tratando-se da "Rede Minas", uma TV pública, espero que esta Casa também se manifeste, por intermédio da Presidência e das comissões, para apurar os fatos. Não podemos conviver com o arbítrio que, travestido de bom-mocismo, muita mídia paga e salamaleques, queira abafar o senso crítico, silenciar a oposição e calar a voz de Minas e dos mineiros.

Aguardaremos contato do Palácio para ver se as denúncias tem fundamento. Muito obrigado.

O Deputado Fábio Avelar* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, galerias, telespectadores da TV Assembléia, relatarei episódio ocorrido para levantar questão de ordem. Peço resposta rápida da Mesa.

No dia 18/3/2003, apresentei requerimento nos seguintes termos: "O Deputado que este subscreve, na forma regimental do art. 296 do Regimento Interno, requer a realização de seminário para discussão de assunto do interesse público, qual seja, política urbana da RMBH." O requerimento foi publicado no "Minas Gerais" do dia 21/3/2003. Desenvolvíamos sistemática com os organizadores do evento, e ontem o Presidente desta Casa informou-nos sobre a possibilidade do evento ser realizado em agosto ou setembro, prazo que demanda grande preparação. Na justificativa, citei que a Mesa, ao regulamentar o seminário legislativo nos arts. 295 e 296, I e seguintes, do Regimento Interno, demonstrou, de forma inequívoca, sua preocupação em subsidiar a elaboração legislativa, possibilitando, com a realização de eventos institucionais, o aprofundamento de discussões de temas de interesse público de competência deste Poder em parceria com entidades da sociedade civil organizada. Ao organizarmos o seminário, fomos surpreendidos.

Em meu gabinete, recebi informativo sobre a realização de seminário com o mesmo nome, Seminário da Região Metropolitana, em que se prevêem debates com várias autoridades. A abertura será feita pelo Presidente da Casa e realizar-se-á nas dependências da Assembléia Legislativa, ou seja, no Teatro.

Então levanto questão de ordem. É possível a realização de eventos informais nas instalações da Assembléia? Esta Casa fornece alguma ajuda para a realização desses eventos informais? É facultada à assessoria da Casa e à TV Assembléia cobrir tais eventos? Se possível, que iniciativas um Deputado tomará para que se realizem esses eventos informais?

Hoje sabemos que a Casa se encontra em processo de contenção e, para realizar-se um seminário, demanda-se determinado tempo. Então senti-me prejudicado porque, há vários meses, trabalho na preparação deste seminário. Se este direito me fosse facultado, poderíamos também ter feito este evento informal para ganhar tempo. É desagradável para o parlamentar que organiza o evento ver a sua matéria publicada desta maneira. Certamente não é o caso dos Deputados Chico Simões e Roberto Carvalho, porque os conheço muito bem. Embora a assessoria do PT tenha competência, acredito ter sido descuido não estar atento a essa matéria publicada. Caso contrário, seria, no mínimo, uma indelicadeza.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Tenho obrigação de explicar essa situação ao Deputado Fábio Avelar, por quem temos apreço e

consideração. É um dos parlamentares por quem mais guardamos amizade, justamente pela maneira com que trata a todos: elegante, amiga e determinada. Como um dos mandatários que está promovendo a discussão sobre a região metropolitana, deixo claro que, em momento algum, sabia dessa matéria previamente proposta pelo Deputado Fábio Avelar. Esse encontro não tem a finalidade de discutir amplamente a região metropolitana. Eu e o Deputado Roberto Carvalho, que moramos numa região metropolitana, queremos discutir a concepção de região metropolitana. Como vimos que não há mecanismos para o funcionamento da região metropolitana, elaboramos emenda para ver se se criam instrumentos, em que se terá órgão gestor e fundo, conforme a sociedade deseja.

Quando estava na Comissão de Legislação, informaram-me que queriam criar seis regiões metropolitanas no Estado, causando grande celeuma. Queremos trazer subsídios para as futuras regiões metropolitanas. Em momento algum, tivemos a intenção de realizar seminário. Aliás, nem é seminário: não tem TV Assembléia nem assessores da Casa, mas é apenas do meu mandato e do Deputado Roberto Carvalho. Estamos utilizando somente o espaço da Assembléia.

Digo publicamente que seria muito prazeroso se V. Exa., que é preocupado com o mesmo tema, fosse lá para nos conceder subsídio. Portanto, não é seminário bancado pela Assembléia nem tem a finalidade de promover amplo debate patrocinado pela Casa para grandes movimentações. Queremos salvar o que temos, porque moramos na região metropolitana. Se esse ato causou qualquer constrangimento a V. Exa., digo que não foi a nossa intenção. Convido V. Exa. a participar conosco, pois é tema de fundamental importância não só para os que moram na região metropolitana, mas também para todo cidadão mineiro.

Não foi nossa intenção criar transtorno para sua proposta; o seminário proposto por V. Exa. deve acontecer para haver debate amplo no Estado.

O Deputado Fábio Avelar* - Agradeço seu aparte, Deputado Chico Simões. Sei que a intenção foi das melhores, pelo conhecimento que tenho de V. Exa. Minha preocupação não é manter a paternidade da idéia, mas com a Assembléia, porque, no nosso entendimento, todo evento a ser realizado aqui deve ter o respaldo da Casa. Por isso temos um regimento a ser seguido. Respeitei o Regimento e estou esperando a marcação da data desse seminário há mais ou menos três meses. Se cada Deputado decidir, por sua livre iniciativa e vontade, sem que seja aprovado neste local, utilizar das instalações da Assembléia para realização de um evento, não teríamos espaço para isso. Minha preocupação não é com o fato dos Deputados Roberto Carvalho e Chico Simões terem levantado essa questão. Estamos levantando por ser oportuna, atual e por ter que ser debatida. Gostaria que ficasse claro que não é nada contra os Deputados.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Obrigado. Também tenho uma questão de ordem. Sou relator de uma proposta de emenda à Constituição e ontem, na nossa Comissão, apresentei um requerimento. Tentei baixá-lo em diligência, o que causou enorme polêmica, e fui obrigado a retirá-lo. Apresento uma questão de ordem ao Presidente, e lerei, na íntegra: "Submeto a V. Exa., nos termos regimentais, questão de ordem sobre a interpretação do art. 100, XIX, do Regimento Interno, em sua conjugação com o art. 301, do Regimento Interno, pelas razões que se seguem. O art. 100, XIX, faculta à comissão adotar uma das seguintes medidas para elucidar matéria sujeita a seu parecer: - Realização de audiência com órgão ou entidade; - Solicitação de colaboração de órgão ou entidade; - Solicitação de informação de órgão ou entidade.

"Tendo em vista a regra de não-dilação de prazos no art. 100, XIX, e regra oposta no art. 301, e tendo em vista, ainda, a imprecisão técnica da palavra "diligência", requero sejam esclarecidas as seguintes questões:

- Qual o sentido técnico da palavra "diligência" no Regimento Interno?
- Das medidas previstas no art. 100, XIX, quais delas são consideradas diligência?
- Das medidas previstas no art. 100, XIX, a quais delas se aplica a suspensão de prazo prevista no art. 301?
- Há alguma diferença na aplicação do art. 100, XIX, em comissões especiais?"

Deputado Fábio Avelar, para o Deputado apresentar um parecer é necessário ter informações. No caso dessa PEC, preciso de informações para elaborar o meu parecer. Foi-se dito que poderia fazer visita, e não baixar em diligência.

Conversei com o Presidente e disse-lhe que precisamos fazer algumas modificações no nosso Regimento Interno. Com relação a requerimentos, existem alguns que foram apresentados em fevereiro e, até hoje, não tivemos o retorno, quanto a seu atendimento. No requerimento, o Deputado busca informações e fiscaliza. Precisamos apressar medidas do Colégio de Líderes e da Mesa para fazer as modificações necessárias no Regimento Interno. Muito obrigado.

O Deputado Fábio Avelar* - Sr. Presidente, gostaria que a Mesa, ao responder à minha questão de ordem, levantasse todas essas questões para que não sejamos incentivados a optar por reunião informal. Pelo Regimento Interno, não tenho conhecimento de que esses seminários informais possam ser realizados.

Se foi autorizado, espero que se abra esse espaço a todos os parlamentares. A minha preocupação é pelo fato de estarmos, cada vez mais, incentivando a realização de eventos informais na Assembléia. A Assembléia perderia o controle dos assuntos debatidos e nós, parlamentares, não teríamos conhecimento do que a Casa aprova.

Embora o Deputado Chico Simões diga que esse evento não é seminário, o seu título é "Seminário da Região Metropolitana", nas dependências da Assembléia Legislativa e com a abertura feita pelo Presidente. Estou preocupado porque não se trata de evento informal.

Há três meses estou aguardando essa data. Não podemos aceitar isso, porque todo evento a ser realizado na Casa tem que ter o respaldo dos parlamentares, ou seja, a sua aprovação efetivada de acordo com o Regimento Interno, nas Comissões ou no Plenário da Casa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - A Presidência solicita ao Deputado Fábio Avelar que formalize sua questão de ordem, que será respondida oportunamente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Leonardo Quintão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes, subo a esta tribuna para tratar do Projeto de Lei nº 9/2003. Antes disso, gostaria de compartilhar a mesma idéia com o companheiro Fábio Avelar, que, também tem o intuito de discutir essa questão de região metropolitana. Sou autor de uma, a de Governador Valadares, e co-autor, junto com o Deputado Adalclever, da Região Metropolitana do Alto Rio Doce.

Realmente, os requerimentos nesta Casa precisam ter maior agilidade, para que não venha a ocorrer o que ocorreu aqui: um companheiro solicitou informações por via de ofício. Infelizmente, de acordo com o Regimento Interno, o requerimento tem de passar por uma burocracia necessária. No intuito de tratarmos da mesma matéria, os companheiros Chico Simões e Roberto Carvalho pedem a determinada área da Assembléia a realização de um seminário - não sei, Deputado Arlen Santiago, se partidário ou comunitário. De qualquer forma, foi feito um "folder" muito bonito, brilhante trabalho, que vem a se contrapor à idéia do companheiro Fábio Avelar. Portanto, é necessário que seja revista a forma de tramitação dos requerimentos nesta Casa, para que possam andar mais rápido e não venha a ocorrer essa dificuldade novamente.

No entanto, volto à discussão do Projeto de Lei nº 9/2003, de minha autoria. Tenho acompanhado o esforço do Governador Aécio Neves para reduzir os custos da administração pública de Minas Gerais. Acredito que a redução de custos vai além da redução orçamentária e orgânica do Estado. Por isso, os contratos de serviços terceirizados, se não forem bem geridos, esconderão uma verdadeira armadilha para os cofres públicos.

Apesar de a Lei nº 8.666 afirmar, no § 1º do art. 71, que os débitos trabalhistas e previdenciários das empresas contratadas não são de responsabilidade do Estado, mostra a prática que o que tem ocorrido nestes anos é o contrário. O Enunciado nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho, dispõe de forma contrária, ou seja, afirma que o Estado tem responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos seus contratados.

Tentarei explicar aos Deputados e aos convidados desta Casa o que ocorre quando o Estado faz a contratação de uma empresa por via de licitação. Nesse determinado momento, a empresa apresenta todas as certidões negativas de débito, conseguindo vencer a licitação por apresentar menor preço, como dispõe a Lei nº 8.666; porém os contratos não são apenas de um mês de prestação de serviços, mas, muitas vezes, de 48 ou 60 meses. Assim sendo, o que pode ocorrer com Minas Gerais e com as Prefeituras do Estado? A empresa é formada, ganha a licitação, muitas vezes com preços impraticáveis de mercado, e começa a realizar o serviço. Se essa empresa não pagar o INSS e todos os impostos trabalhistas, conseguirá, dessa forma, executar o serviço e ainda obter lucro.

O meu projeto dispõe, em seu art. 1º, o seguinte: "Ficam os órgãos da administração pública do Estado obrigados a exigir a comprovação de cumprimento das obrigações tributárias, fiscais e trabalhistas das empresas contratadas para a prestação de serviços terceirizados nas áreas civil, limpeza, conservação, manutenção, vigilância, alimentação, fornecimento de combustíveis, manutenção de veículos e outros semelhantes com que o Estado mantiver relação jurídica contratual". Sendo assim, na data de pagamento do contrato, a partir da aprovação desse projeto de lei, o servidor responsável pelo órgão da administração fica obrigado a pedir todas as certidões negativas de débito, para que os funcionários da empresa não venham a ser lesados e o Estado, depois, não venha a ser responsabilizado pelos impostos trabalhistas e previdenciários devidos.

O § 4º diz: "O gestor do órgão contratante é responsável, inclusive de forma subsidiária". Se o Estado for acionado a partir da aprovação dessa lei, o servidor poderá cuidar para que o Estado não seja lesado por esses contratos de terceirização.

Não sou contrário a contrato algum. Muitas vezes, eles são necessários em áreas em que o poder público não tem condições de prestar seu melhor serviço. Entretanto, não podemos deixar que o Estado seja co-responsável por impostos trabalhistas e previdenciários. Isso é um absurdo: ele já paga ao contratado um valor em que estão incluídos todos os impostos, encargos e custos e ainda corre o risco de ter de repetir o pagamento, caso o contratado não o faça.

Srs. Deputados, é importante a aprovação dessa lei, de minha autoria, para que zelemos pelo Estado e os administradores públicos não sejam responsabilizados por esse tipo de contratos terceirizados.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Agradeço o aparte e parabeno-o por seu projeto de lei, extremamente importante.

Já temos muitas leis protegendo tudo isso e precisamos mesmo de uma fiscalização eficiente, pois é nesse ponto que o Estado peca mais.

Não sabemos, muitas vezes, sobre os abusos nessas concorrências, vencidas por empresas que dão preços bem abaixo do valor a fim de vencerem, porque não fiscalizamos direito. Além disso, existem os famosos aditivos, que vêm posteriormente para a conclusão das obras, quando, na verdade, deveriam estar previstos na planilha inicial. São muitas as falcatruas e irresponsabilidades, tudo em decorrência da pouca ou quase nenhuma fiscalização. E o mesmo acontece nos municípios. Precisamos melhorar essa fiscalização e fazer cumprir os convênios, sem ceder às pressões posteriores das empresas, o que vem acontecendo muito.

Deputado Leonardo Quintão, o seu projeto traz algo de novo e é importante, mas mais importante ainda é que nos preocupemos com o cumprimento das leis existentes. Por causa da falta de fiscalização, o Estado muitas vezes fica responsabilizado por vários problemas das obras, como os trabalhistas.

Peço a V. Exa. que seja mais um a cobrar a fiscalização eficiente do Estado, da qual tanto precisamos.

O Deputado Leonardo Quintão - Obrigado, Deputado Doutor Viana. É importante V. Exa. mencionar que, muitas vezes, as leis aprovadas nas Assembléias Legislativas não são cumpridas por falta de fiscalização. Entretanto, não me furto à minha obrigação, como legislador, de propor projetos de leis que venham a contribuir para a melhoria do serviço público. Quero detalhar, mais uma vez, os pontos deste projeto de lei: primeiro, torna obrigatória a exigência das certidões negativas fiscais, previdenciárias e trabalhistas; segundo, coloca o Secretário ou Diretor da entidade como responsável subsidiário, no caso de inadimplência do contratado; e terceiro, autoriza a retenção dos valores para o futuro pagamento.

Deputado Fábio Avelar, assim não correremos mais o risco de o Estado, daqui a anos, ser obrigado a arcar com débitos trabalhistas de empresas que não arcaram com suas obrigações.

As empresas que não cumprem suas obrigações não terão mais oportunidade de prestar serviços para o nosso Estado. As empresas idôneas terão oportunidade de praticar um preço justo de mercado, pagando impostos e prestando bom serviço ao Estado. O Estado não ficará lesado e receberá o melhor serviço possível. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Chico Simões* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, está na ordem do dia a reforma do Estado proposta pelo Governador Aécio Neves. Dispostos de muito tempo para discuti-la aqui e com a sociedade e, com certeza, encontraremos um encaminhamento que venha exterminar com as maldades contidas nessas propostas.

Foi divulgado no "Estado de Minas" matéria referente às privatizações do setor elétrico. A cada dia percebemos como estamos sendo roubados

por este Governo. Enfiaram a mão em nosso dinheiro. O mesmo projeto neoliberal do PSDB que promoveu as privatizações, deseja agora que esse rombo seja pago pelo funcionalismo e pela sociedade, que precisa de servidores bem-pagos e motivados, para que prestem políticas públicas de boa qualidade. Isso seguramente não ocorrerá, porque não se pode ter um serviço de relevância quando não se investe convenientemente. Discutiremos essa questão em momento oportuno.

Aproveito as palavras do Deputado Doutor Viana, por quem tenho muito respeito e admiração, bem como as do Deputado Leonardo Quintão. "Ou fazemos com que as leis sejam cumpridas, ou viveremos em um País onde não haja referência para conduzirmos a nossa existência." Entre outras leis, o Regimento Interno é a nossa "bíblia". Não podemos continuar convivendo com Deputados que, a todo o momento, desrespeitam o Regimento Interno e fazem acusações, muitas vezes sem fundamento, de público, atacando um colega do Poder Legislativo. Essa preocupação não pode ser somente minha nem somente do nosso partido, tem de ser de todos nós. Temos de ter respeito pelo Poder Legislativo, independentemente da bandeira ideológica e do pensamento de cada um, porque temos mesmo de ter pensamentos diferentes, já que esta Casa é de debates. Cada um deve defender o interesse de cada segmento, para podermos construir uma sociedade equilibrada, harmônica e justa, mas não podemos macular nem agredir o cidadão que aqui está, porque, dessa maneira, enfraqueceremos o Poder Legislativo. Conseqüentemente, prestaremos um desserviço à democracia representativa. O fortalecimento do Poder Legislativo é fundamental para a democracia representativa, que pode não ser a ideal maneira de governar, mas é a melhor entre as de que dispomos para ser praticada.

Desde que tomamos posse, vivenciamos comportamentos de um Deputado desta Casa, que sempre se gaba ao dizer que está no sexto mandato, como se sua reputação e importância correspondesse aos seis mandatos. A todo o momento, faz acusações. Já acusou também outras instituições. Esta tribuna foi usada, por várias vezes, pelo Deputado Irani Barbosa. Na Comissão de Fiscalização, de que faço parte, muitíssimas vezes, esse Deputado ataca autoridades, quando chama Juízes, Promotores, Delegados e outras autoridades de ladrões, traficantes ou coisa semelhante.

Ontem, propôs CPI para apurar denúncias feitas pelo Estado em Governador Valadares, dando conta de suposta fraude de transportes. Não quero entrar no mérito, se ela existe ou não, mas entendo que deva ser averiguado mesmo. Para isso, está colhendo assinatura de alguns Deputados. O Deputado Bonifácio Mourão, que não é do meu partido, mas de oposição ao PSDB, negou-se a assinar o documento, usando o direito de defender suas convicções. Disse que não assinaria, uma vez que o caso deverá ser averiguado pelas autoridades competentes. Logo, o Deputado Irani Barbosa, com sua maneira peculiar, a qual todos conhecemos, insinuou que quem não assinasse o documento temia a averiguação. Ou seja, quis dizer que os que não assinassem também estavam cometendo os crimes, que a CPI tinha por finalidade apurar. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva tomou a palavra e fez a defesa. Acredito que, naquele momento, o legislador, pai de família, cidadão, sentiu-se constrangido de estar em um Poder onde um de seus componentes faz uma acusação dessas.

Hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, debatíamos um projeto, que tem de ser colocado em prática, dos companheiros Durval Ângelo e Rogério Correia, que visa a proibir o uso de armas de fogo por policiais civis e militares em manifestações. Não fala em outros eventos, mas em manifestações, em que há pessoas simplesmente externando seu sentimento de apoio ou contraposição. Não se trata de criminosos, portanto a polícia deve usar outra maneira de controlar a situação. Acho correto. Não queremos assistir ao que houve em universidade no Rio de Janeiro. No Reino Unido, os soldados não andam armados.

Embora pertença à Comissão, o Deputado Durval Ângelo não compareceu, pois, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, estava a serviço desta Casa na Penitenciária Nelson Hungria, tentando por fim a uma rebelião, evitando que desastre maior ocorresse. Enquanto isso, o Deputado Irani Barbosa defendia o uso de armas, como sempre faz, na base da truculência. Foi muito além, dizendo que, nesta Casa, há Deputado envolvido com tráfico de drogas. Fazia acusações de maneira vaga, quando foi questionado pelo Deputado Ermano Batista, pedindo-lhe que desse nomes. Então, o Deputado Irani Barbosa citou o nome do Deputado Durval Ângelo. Diante disso, tenho de convocar a todos, independentemente de partido. O que o Deputado Irani Barbosa diz é verdade? É lógico que estamos diante de alguém que desrespeita nossa lei maior. Está ferindo o art. 59 da nossa Constituição, o nosso Regimento Interno. Está, mais do que nunca, desrespeitando este Poder. Agora, se a acusação não procede, temos de ser duros, porque também, no mesmo Regimento Interno e no Código de Ética Parlamentar desta Casa, consta que se devem cobrar responsabilidades de um e de outro. É um jogo que não pode ter empate, diante do qual esta Casa não pode ficar imparcial. Não podemos assistir a esse jogo como se nada estivesse acontecendo. Isso está acontecendo conosco. Se, nesta Casa, existe algum Deputado procedendo dessa maneira, e continua representando o Poder Legislativo, com certeza, a cada instante, o povo já não irá nos respeitar. Seremos atacados por todos e por tudo. Isso não só é prejudicial a nós, como cidadãos, como pais de família, mas é também muito perigoso para a democracia.

Diante dessa situação, fizemos um requerimento à Comissão de Constituição e Justiça, que foi aprovado pelos seus componentes e pelo Presidente Deputado Sebastião Navarro Vieira. Encaminhamos esse requerimento à Mesa e à Comissão de Ética.

Vamos fazer uma reflexão. É hora de darmos um basta nisso. Podemos e vamos debater. Tenho certeza de que esta Casa, principalmente neste momento em que o Governo do Estado, como o Governo Federal, está querendo mudar a concepção de Estado nos níveis federal e estadual, fará o debate. E, para que esse debate seja sério e acreditado pela sociedade, temos de dar exemplo.

A acusação que o Deputado Irani Barbosa fez da televisão, ao vivo, foi vista por algumas centenas de milhares de pessoas. Não temos direito de fazer nenhuma execração pública, acusar alguém que não está presente, condená-lo sem direito de defesa. Não podemos concordar com isso.

Com essa maneira desarmada, estou aqui. Não estou tomando partido de ninguém. Seria também uma leviandade falarmos que um ou outro é que cometeu o erro.

Gostaria que esta Casa, de maneira exemplar, assumisse esse requerimento, e que o concluíssemos com amplo direito de defesa, mas penalizando, de maneira justa, correta, para que o Poder Legislativo, tão importante, possa continuar forte. Devemos debater aqui o que é mais importante para o destino do povo mineiro.

A Deputada Marília Campos (em aparte)* - Como sempre, companheiro Chico Simões, V. Exa. profere algumas palavras de forma emocionada e não deixa de manifestar sua indignação. Pude assistir hoje à TV Assembléia, no horário do almoço, e confesso que fiquei bastante assustada.

Não é a primeira vez que ouço esse tipo de acusação. Gostaria de, nesta intervenção, cumprimentá-lo, porque acredito que sua postura na Comissão de Constituição e Justiça, em primeiro lugar, pautou-se pelo direito de defesa. V. Exa. não estava defendendo o companheiro Durval Ângelo, pois estaria ali defendendo qualquer colega, Deputada ou Deputado, que tivesse sido acusado por um outro Deputado. V. Exa. estava ali para garantir o direito de defesa, para que aquela acusação não fosse apresentada como fato consumado.

Quero externar a minha solidariedade à sua postura de indignação, manifestada na Comissão de hoje, que se pautou também em defender a instituição Assembléia Legislativa. Com essa postura o colega, Deputado Irani Barbosa, não apenas acusou, de forma injusta, um colega Deputado, companheiro Durval Ângelo, mas feriu a instituição Assembléia Legislativa, porque, se existe aqui algum bandido, ele precisa ser punido e ter seu mandato cassado. A sua postura em exigir o direito de defesa e fazer o encaminhamento à Comissão de Ética foi louvável. Estou aqui para solidarizar-me com seu encaminhamento.

O Deputado Antônio Genaro (em aparte)* - Com todo respeito, Deputado Chico Simões, farei uma constatação: V. Exa., quase que vociferando, criticou quem teria feito a denúncia. Tenho 16 anos de Assembléia. Durante esse tempo, sofremos as mais covardes acusações pelos membros do PT. Digo isso, embora tenha bom relacionamento com esse partido.

O Deputado Chico Simões* - Deputado Antônio Genaro, como esta Casa é democrática, cada um pode pensar e manifestar o que deseja. As pessoas não gostam das mesmas coisas. Há um ditado que diz que alguns gostam dos olhos e outros da remela. Optei por gostar dos olhos, dos fatos claros e transparentes. Se alguma acusação nesse nível foi feita pelo PT a V. Exa. e nenhuma atitude foi tomada, significa que a carapuça serviu. Conosco isso não aconteceu. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Com a palavra, o Deputado Arlen Santiago.

O Deputado Arlen Santiago* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, leremos artigo publicado ontem no "Jornal de Notícias", de Montes Claros. O editorial, assinado pelo Sr. Edgar Antunes Pereira, diz: (- Lê:) "Omissão e cumplicidade. Louvável a atitude da Prefeitura de Montes Claros em apresentar projeto para acabar com o vale-transporte, substituindo-o pelo auxílio-transporte, junto com o contracheque do servidor. Sob a forte argumentação de uma economia mensal de R\$100.000,00, nada impedirá sua aprovação. Mas uma coisa ficou no ar. Se a Prefeitura admite essa economia também admite o desvio de igual monta, ou seja, R\$100.000,00 por mês. Com algumas elucubrações de lógica chega-se à conclusão de que o desvio é enorme. É um baita desvio.

Continuando as elucubrações, só que matemáticas, dá para tornar tangível, mensurável o valor total dessa subtração. O mandato do atual alcaide, contando com a reeleição, já dura seis anos e cinco meses, o que dá um total de 77 meses, que, multiplicados pelo desvio de R\$100.000,00 ao mês - admitidos pelo porta-voz da Prefeitura -, alcança a soma de R\$7.700.000,00, economia que se fará com a aprovação do projeto.

Todos sabem que existem desvios na administração pública. Não se pode culpar o Prefeito, porque, ao enviar o projeto à Câmara Municipal, demonstra que deseja correção. Agora, dizer que foram feitas ocorrências policiais e abertas sindicâncias que nada apuraram é, no mínimo, dar atestado de incompetência à polícia, aqui tratada com respeito e admiração, pois qualquer pessoa que recepta os vales - e a Praça Dr. Carlos está cheia delas - dirá de quem os compra.

Já a sindicância é mais difícil, porque envolve outras farras. O beneficiado com um complemento salarial por meio do vale-transporte jamais abrirá o bico. Os políticos beneficiados também não, assim como as pessoas, funcionários, que estão sendo agradados com uns valesinhos mensais. Apurar despesas pagas, por meio de vales, de contas que não têm rubrica orçamentária é querer envolver peixe graúdo, que anzóis de sindicantes não pescam, abrem e as varas quebram. E, o pior, na cabeça de quem ousar apurar e apontar: é aquele ali.

Que há culpados por esse desvio, também todos sabem. O que não se sabe é se existe omissão e de quem, se do Prefeito, da polícia, dos sindicantes e até do Ministério Público, que tem constitucionalmente a função, consoante com o art. 129, inciso III, de promover o inquérito civil e a ação pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

Quanto à cumplicidade? Quem omite é cúmplice da impunidade de que se valem os culpados".

Esse artigo foi publicado ontem no "Jornal de Notícias" e está sendo encaminhado à Procuradoria de Crimes Contra Prefeito. O porta-voz da Câmara Municipal, Vereador de Montes Claros, admitiu que projeto que acabe com o vale-transporte economizará R\$100.000,00 por mês. Portanto, deixa claro que há desvio desse valor. O caso foi muito bem colocado pelo jornalista. Realmente, não se pode omitir. As apurações devem ocorrer, até para inocentar, se necessário for.

Sr. Presidente, existe outro assunto importante que relatarei. Trata-se da questão de ordem levantada pelo Vice-Líder do PTB, Deputado Fábio Avelar. O senhor disse, em reunião do Colégio de Líderes, que, para facilitar o trabalho desta Casa, cada partido teria direito a indicar a realização de um seminário. Isso ficou definido. E o nosso partido se organizou e protocolou documento, solicitando tal medida no dia 18 de março. Agora, fomos pegos de surpresa, com a notícia de um evento realizado nas dependências da Assembléia, divulgado por um "folder" muito bonito, cujo tema é o mesmo do documento protocolado pelo Deputado Fábio Avelar. Será aberto pelo Presidente e contará com as participações do Prefeito de Belo Horizonte e de secretários de Governo. Seminário este, muito bem elaborado. Mas há um detalhe: como a Presidência ainda não deferiu o requerimento do Deputado Fábio Avelar, ficamos sem saber como agir. Acredito que a Mesa terá a coerência de suspender esse seminário extra-oficial, de modo a prevalecerem as normas estipuladas por este parlamento.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Inicialmente, solidarizo-me com V. Exa. com relação à questão do seminário proposto pelo Deputado Fábio Avelar. De fato, o acontecido nos provoca constrangimento porque o Deputado Fábio Avelar é uma das figuras brilhantes deste Legislativo e merece o maior respeito. Sua proposição, como foi apresentada anteriormente, precisa de resposta urgente da Mesa.

Dirijo-me a V. Exa. e aos ouvintes, não para entrar no mérito do artigo lido ou para discutir como esse processo aconteceu em Montes Claros, porque não tenho conhecimento dos detalhes. Por ter sido Prefeito, afirmo-lhes que um dos graves problemas enfrentados não apenas pelas Prefeituras, como também pelas empresas fornecedoras de vale-transporte, diz respeito à sua comercialização, por parte de quem o recebe. De alguma maneira, isso gera transtorno para as administrações públicas, inclusive quanto ao controle dos impostos que cada passagem representa.

Cada passagem gera ISS para o município. Conheço o Prefeito Jairo Ataíde há décadas, é uma referência de ética, probidade, seriedade com as questões públicas. Que não pare no ar dúvidas devido a um questionamento hipotético, baseado no pronunciamento de um Vereador que fala em economia para o erário público, sem deixar claro de onde esta economia viria. É preciso preservar aqueles que dedicam sua vida à atividade pública, e o Prefeito Jairo o vem fazendo desde o tempo do cooperativismo, passou por esta Casa com um mandato brilhante, continua trabalhando por Montes Claros, e sua esposa, Deputada Ana Maria, também está trabalhando por esta cidade. Estou certo de que o Prefeito dará as explicações lúcidas e éticas para esse procedimento. Não poderia me furtar de trazer meu posicionamento de respeito, admiração e absoluta confiança pelo Prefeito, que, ao enviar um projeto de lei para a Câmara, o fez pelo bem do povo de Montes Claros. Obrigado.

O Deputado Arlen Santiago* - Não entrarei no mérito, por isso estamos encaminhando este artigo para o Ministério Público, para que o Prefeito tenha oportunidade de explicar porque a Prefeitura de Montes Claros está comprando R\$100.000,00 em vales-transporte, a mais, por mês. Se 7 mil funcionários usam, por exemplo, dois vales por dia, serão 14 mil vales, que, multiplicados pelo seu valor, não somam o que está sendo gasto na compra de vales pela Prefeitura. A compra está sendo feita em excesso. Onde está sendo aplicado esse excesso? É para ajudar no transporte de alguém? É para ajudar a fazer política?

Quanto à questão colocada pelo Deputado Domingos Sávio, acompanhamos o Ministério Público, que está trabalhando tranquilamente na apuração de outros procedimentos para avaliar a questão de improbidade administrativa na Prefeitura de Montes Claros. Não podemos dizer

que existe, pois ainda não foi julgado, nem transitado em julgado. A única ação interposta pelo Advogado Antônio Adenilson, torna indisponíveis os bens do Prefeito, por haver colocado em risco o patrimônio do servidor público municipal, usando recursos da previdência pública municipal para execução de uma obra. Que a obra fosse feita com recursos da Prefeitura, não com risco do patrimônio público que geraria aposentadoria de servidores.

Estamos encaminhando também ao Ministério Público solicitação para avaliar por que no primeiro projeto para a venda de uma praça em Montes Claros ao patrimônio do servidor público constava 1.800m, e no segundo, 2.354m. Vários servidores públicos nos procuraram, considerando que essa mudança foi para vender a calçada da praça ao patrimônio do servidor. Hoje a Prefeitura, para pagar dívida com o servidor, teria alterado isso.

Entregaremos, na próxima semana, mais esse procedimento para que o Ministério Público avalie. Acompanhando alguns processos que tramitam há mais de dois anos no Ministério Público. O Dr. Gilvan e o Dr. Cristóvão receberam novamente esses encaminhamentos. Provavelmente o Ministério Público, bastante atarefado, em Montes Claros não teve tempo de avaliar, de chamar a julgamento. Depois que eu e o Deputado Gil Pereira enviamos novamente ao Dr. Gilvan, os procedimentos foram encaminhados.

Está extremamente certo. Não estamos aqui para acusar ninguém. Envio ao Ministério Público para avaliar se houve ou não dolo, como está subentendido no artigo do "Jornal de Notícias".

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 20/5/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Sidinho do Ferrotaco

nomeando Maria Aparecida Rodrigues Sandim Guimarães para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

TERMO DE CONVÊNIO

1ª Conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª Conveniente: Município de Caraí. Objeto: instalação dos equipamentos de transmissão da TVA. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 44905200.

ERRATA

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 22/5/2003

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 24/5/2003, na pág. 29, col. 4, sob o título "REQUERIMENTOS", incluía-se o seguinte despacho ao Requerimento nº 744/2003, do Deputado Leonardo Quintão:

"(- À Comissão de Transporte.)".